



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

HUGO JOSÉ CORDEIRO VANDERLEI DE OLIVEIRA

**REDEMOCRATIZAÇÃO OU RECICLAGEM: PROCESSO CONSTITUINTE E
CONTRARREVOLUÇÃO AOS OLHOS DA AÇÃO CATÓLICA RURAL (1985-1988)**

RECIFE
2024

HUGO JOSÉ CORDEIRO VANDERLEI DE OLIVEIRA

**REDEMOCRATIZAÇÃO OU RECICLAGEM: PROCESSO CONSTITUINTE E
CONTRARREVOLUÇÃO AOS OLHOS DA AÇÃO CATÓLICA RURAL (1985-1988)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em História da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para obtenção do título de
licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. José Marcelo Marques Ferreira Filho

RECIFE
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Oliveira, Hugo José Cordeiro Vanderlei de.

Redemocratização ou reciclagem: processo constituinte e contrarrevolução aos
olhos da Ação Católica Rural (1985-1988) / Hugo José Cordeiro Vanderlei de
Oliveira. - Recife, 2024.

58 p. : il.

Orientador(a): José Marcelo Marques Ferreira Filho

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura,
2024.

Inclui referências.

1. História da Nova República. 2. História dos movimentos sociais. 3. História
política. I. Ferreira Filho, José Marcelo Marques . (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

HUGO JOSÉ CORDEIRO VANDERLEI DE OLIVEIRA

**REDEMOCRATIZAÇÃO OU RECICLAGEM: processo constituinte e
contrarrevolução aos olhos da ação católica rural (1985-1988)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
em História da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para
obtenção do título de licenciado em
História.

Aprovado em: 08/02/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Marcelo Marques Ferreira Filho (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Maria do Socorro de Abreu e Lima (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Romero Junior Venâncio Silva (Examinador Externo)

Universidade Federal de Sergipe

Profa. Dra. Alessandra Gasparotto (Examinadora externa)

Universidade Federal de Pelotas

*Dedico esta monografia à minha mãe, Janda
Moriza, por nunca soltar minha mão.*

AGRADECIMENTOS

Escrever este trabalho acabou sendo um exercício curioso. Ao mesmo tempo prazeroso e agonizante. Constantemente acompanhado pela graça de se contar uma história e pela ansiedade e o medo de não ser aquilo que se almeja. Algo semelhante ao ato de olhar no espelho.

Sem essas pessoas às quais preciso agradecer aqui, não acho que seria capaz de fazer qualquer coisa, quanto mais encarar esse diacho desse TCC, de forma que a letra de Lenine me parece mais verdadeira que nunca: “o que eu sou, eu sou em par. Não cheguei sozinho”. Então, vamos lá.

À minha mãe por ser a personificação do amor em minha vida e por sempre topar ser a primeira a conversar com meus personagens e assistir minhas palhaçadas. A meu pai por me ensinar que não se desiste, nem mesmo quando a cerveja acaba, e por me mostrar o valor e a potência do riso. A meu irmão por ter me mostrado, na prática, o significado das palavras parceria, política e cingir, cujo emprego neste trabalho me rendeu risadas. A minha tia Lorena e meu tio Alexandre por terem me acolhido como um filho quando da minha chegada no Recife.

Aos amigos e amigas do CCPA, Catharina, Wendell, Davi, Milena e Kendra (*in memoriam*), por terem constituído uma primeira família fora do meu lar, na qual me senti confortável pela primeira vez em ser quem eu acredito que de fato sou.

Aos vários companheiros e companheiras com quem chorei e sorri nos corredores do CFCH, entre um café e outro. Aos membros do grupo Bateu a Britney, Luana, Karol, Duda, Lays, Mari, Jeremias, Thomás e Marcus, por terem me apresentado ao Bar do Peludo em sua forma mais visceral e, portanto, mais humana. Lá, foram concebidos vários pontos deste trabalho. A todos e todas colegas da minha turma, que contribuíram enormemente com minha formação acadêmica e humana através do simples ato de pensar em conjunto.

Aos professores e professoras do curso de História, que me ajudaram a compreender meu lugar no mundo: contando história. Especialmente Christine Dabat, Érica Lôpo, Marcus Carvalho, Suzana Cavani e Patrícia Pinheiro, cujas aulas se transformaram em respiro no meio do vendaval.

A meu orientador, José Marcelo, pela confiança, dedicação e paciência dadas a um orientando um tanto maluco e muito pouco competente no trato com as mídias digitais.

Às professoras Alessandra Gasparotto, Maria do Socorro de Abreu e Lima professor Romero Venâncio por terem gentilmente aceito participar da banca examinadora do meu

trabalho, mas, mais importante ainda, por me mostrarem todo dia como se concilia rigor acadêmico com ímpeto militante. Algo cada vez mais raro.

A todos os funcionários e funcionárias do CFCH, do CE e do Colégio de Aplicação, sem os quais nada disso seria possível. A Levi, nosso oráculo do curso de História, a Neri, pelo bom-dia de cada dia, a Marcílio, por me conceder o privilégio de ajudá-lo nas suas palavras cruzadas, e a Lenilson, por cada ensinamento político.

Ao Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais (NUDOC), onde encontrei todas as documentações usadas nesse trabalho, mas também uma espécie de casa, a ponto de correr o boato de que eu estaria de fato morando lá (rs).

À minha pequena, Chey, por ter sido parceira e sem mais ao longo de todo o processo de escrita e por comprar cada um dos meus projetos.

Ao grupo dos Galeaners por me serem família, algo indescritível para alguém que vive tão longe da sua. A Thawanny, com quem dividi minhas primeiras experiências docentes, por me ensinar o que é blush e sempre rir da minha “voz de véio”; a Zé Guilherme, por partilhar comigo as dores do estágio obrigatório, ser meu irmão mais novo da graduação e nunca recusar uma ida ao bar; a Gabriel, pelo olhar carinhoso de sempre e por me apresentar a Olinda; a Daniel, por tudo que me ensinou sobre Vitória de Santo Antão, as Ligas Camponesas e sobre não ligar tanto para o que os outros pensam de você; a Luísa, pelos melhores abraços e por me mostrar que dá pra seguir a História sem abdicar da arte; a Carol, pela escuta sempre atenciosa.

Por fim, preciso agradecer a duas figuras essenciais, que sempre são companhia quando a cabeça começa a avariar: Geilson (Gegê) e Dorival, meu violão e meu pandeiro, respectivamente. Sem vocês não teria passado do primeiro capítulo.

*Pelos milhares que ontem foram e amanhã serão
Mortos pelo grão-negócio de vocês
Pelos milhares dessas vítimas de câncer
De fome e sede, e fogo e bala, e de AVC's*

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar a atuação política da Ação Católica Rural (ACR) na campanha pela participação popular na Constituinte, que teve início em 1985 e se estendeu até 1988. Em novembro de 1985, seria aprovada pelo Congresso Nacional a Emenda Constitucional 26, que convocou a Assembleia Nacional Constituinte para fevereiro de 1987: a partir de então somariam-se os esforços de todo um conjunto de entidades e movimentos sociais para que a nova carta magna brasileira não fosse gestada sem a voz do povo. Amparado em uma determinada sociologia marxista da religião, esta pesquisa buscou analisar o trabalho desenvolvido pela ACR na campanha pela participação popular, assim como, a partir das limitações apontadas por esta organização no processo constituinte, lançar luz sobre as permanências existentes nele e também na transição brasileira entre a ditadura Empresarial-Militar e a Nova República. Para isso, fez-se uso de edições do jornal *Grito no Nordeste* e de relatórios de encontros e assembleias produzidos pela ACR ao longo do período em questão. Por um lado, chegou-se à conclusão de que, apesar da “constituição cidadã” ser tratada como um marco histórico responsável por sepultar o passado autoritário brasileiro, o processo constituinte que a gestou foi, em vários aspectos, anti-popular; pelo outro observou-se que a reforma agrária foi barrada na Assembleia Nacional Constituinte através de um conjunto de manobras regimentais operadas por parlamentares conservadores. Com isso, fica evidente a urgência da denúncia do caráter de classe de nossa transição, bem como a acusação do seu componente contrarrevolucionário, no sentido empregado por Florestan Fernandes, de impedimento da transformação da democracia restrita numa democracia de participação ampliada.

ABSTRACT

The aim of this paper is to investigate the political activities of a movement called Ação Católica Rural (ACR) in the campaign for popular participation in the Constituent Assembly, which began in 1985 and lasted until 1988. In November 1985, the National Congress approved Constitutional Amendment 26, which called the National Constituent Assembly for February 1987: from then on, the efforts of a whole range of organizations and social movements would be combined so that the new Brazilian charter would not be drafted without the voice of the people. Based on a certain Marxist sociology of religion, this research sought to analyse the work carried out by the ACR in the campaign for popular participation, as well as, based on the limitations pointed out by this organization in the constituent process, to shed light on the permanences existing in it and also in the Brazilian transition between the business-military dictatorship and the New Republic. To do this, we used editions of the newspaper Grito no Nordeste and reports of meetings and assemblies produced by the ACR throughout the period in question. On the one hand, we came to the conclusion that, despite the “citizen's constitution” being treated as a historic milestone responsible for burying Brazil's authoritarian past, the constituent process that produced it was, in many ways, anti-popular; on the other hand, we observed that land reform was blocked in the National Constituent Assembly through a series of regimental maneuvers operated by conservative parliamentarians. This highlights the urgency of denouncing the class character of our transition, as well as the accusation of its counter-revolutionary component, in the sense used by Florestan Fernandes, of preventing the transformation of restricted democracy into a democracy of broadened participation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária

ACO - Ação Católica Operária

ACR - Ação Católica Rural

AI - Ato Institucional

ANC - Assembleia Nacional Constituinte

AOR - Arquidiocese de Olinda e Recife

AP - Ação Popular

CDB - Centro Dom Bosco

CEB's - Comunidades Eclesiais de Base

CNBB - Conferência Nacional de Bispos do Brasil

CNI - Conferência Nacional das Indústrias

CNRA - Campanha Nacional de Reforma Agrária

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na
Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EUA - Estados Unidos da América

FETAPE - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e
Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco

GERA - Grupo Executivo da Reforma Agrária

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
ISER - Instituto Superior de Estudos da Religião
JUC - Juventude Universitária Católica
MCP - Movimento de Cultura Popular
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MEC - Movimento de Educação de Base
MPPC - Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ONU - Organização das Nações Unidas
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PFL - Partido da Frente Liberal
PIB - Produto Interno Bruto
PL - Partido Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PT - Partido dos Trabalhadores
SORPE - Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
TFP - Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade
UBE - União Brasileira de Empresários
UDR - União Democrática Ruralista
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. Introdução.....	14
2. Sobre uma determinada sociologia marxista da religião.....	18
3. Encruzilhadas latino-americanas: ACR, Cristianismo da Libertação e Teoria da Dependência.....	25
4. Processo constituinte e contrarrevolução nos olhos da ACR.....	35
5. Conclusão.....	53
6. Referências bibliográficas.....	56

1. Introdução

Cinco de outubro de 2023. No exato momento em que dou início à redação deste trabalho, pululam notícias relacionadas a tentativas de golpes de Estado perpetradas nos últimos meses por Jair Messias Bolsonaro e aliados após sua derrota eleitoral para Luiz Inácio Lula da Silva, nas eleições presidenciais de 2022. Não há uma palavra deste texto que não seja atravessada por este fato.

Faço referência ao vazamento de trechos do depoimento do tenente-coronel Mauro Cid à Polícia Federal, nos quais o interrogado afirma que Bolsonaro, depois de receber de assessores uma minuta com uma espécie de roteiro golpista, reuniu-se com comandantes das Forças Armadas com a intenção de averiguar sua postura diante do plano, que envolvia decretação de “Estado de Defesa” e prisão de adversários¹. A iniciativa, que pode estar relacionada com os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, não deu certo e, mais do que nunca, o ex-presidente fascista se encontra acuado politicamente. No entanto, isso não é nem de perto o suficiente. As investigações devem ser levadas adiante e os envolvidos, punidos, diferentemente do que aconteceu em nosso passado recente com os responsáveis pelos crimes da Ditadura Empresarial-Militar.

Ao encarar esta serpente, a primeira questão que surge é como compreender esse fenômeno e a segunda é como combatê-lo. Tendo sido essa uma forma que encontrei de contribuir com a tarefa histórica que se impõe diante de nós, meu intuito aqui é lançar luz sobre algumas das permanências existentes entre o período ditatorial e a chamada Nova República. Mais especificamente, neste trabalho busco localizar essas continuidades nos processos de formação e condução da Assembleia Constituinte de 1987 por meio do que a Ação Católica Rural (ACR) chamou atenção nos documentos que produziu ao longo do período. Com isso, não pretendo cingir nossa carta magna com um véu autoritário ou coisa do tipo; acredito ser inquestionável seu caráter avançado em inúmeros pontos e sua importância enquanto conquista de uma série de direitos antes negados a várias categorias sociais do povo brasileiro. Contudo, se faz necessário olhar para esta lei e seu processo de formação de maneira dialética, de forma que seu lado progressista não esconda sua dimensão

¹ Mauro Cid disse à PF que Bolsonaro consultou militares sobre plano de nova eleição e prisão de adversários. Brasil de Fato, 21 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/21/mauro-cid-disse-a-pf-que-bolsonaro-consultou-militares-sobre-plan-o-de-nova-eleicao-e-prisao-de-adversarios>. Acesso em: 05 de outubro de 2023, às 07:30.

conservadora. Somente assim poderemos investir contra os fantasmas que nos assombram ainda hoje.

O contexto da Nova República foi extremamente complexo, repleto de avanços e retrocessos, resultado da ação de uma gama ampla de agentes políticos. Movimentos como o dos trabalhadores rurais sem terra (MST) e partidos como o dos trabalhadores (PT) surgiram aí e puxaram a corda para o lado da classe trabalhadora, tensionando constantemente pela transformação da realidade extremamente desigual vigente no Brasil; mas também várias associações empresariais, como a União Democrática Ruralista (UDR), acionaram suas ferramentas para fazer valer seus interesses e difundir sua visão de mundo. A sociedade civil brasileira passou por um processo de complexificação, o que resultou também na intensificação da luta de classes. Isso torna possível o estudo deste período e das disputas que o caracterizam por meio de inúmeras óticas, dentre as quais selecionamos a de um movimento de base da Igreja católica que atuou fortemente na região Nordeste.

Me concentrarei na experiência de militância de um movimento de base da igreja católica chamado Ação Católica Rural (ACR) que, da mesma forma que outras organizações e grupos como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), se engajou na campanha pela participação popular na constituinte. Em 1985, pouco depois de tomar posse, José Sarney, que havia sido eleito como vice-presidente mas assumiu a cabeça da gestão devido à morte de Tancredo Neves, mandou uma mensagem ao Congresso Nacional convocando uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em acordo com uma das promessas de campanha de sua coligação. A partir daí, teria início a corrida dos movimentos sociais, organizações não governamentais, associações empresariais, dentre outros grupos, por uma maior participação nos trabalhos constitucionais, que lançariam as bases jurídicas da Nova República. Dentre eles estava a ACR.

A ACR foi fundada em 1965 a partir de uma iniciativa do arcebispo de Olinda e Recife Dom Hélder Câmara junto a um padre francês chamado José Servat e tinha como objetivo principal o que se chamava de “evangelização libertadora”, ou seja, a promoção da consciência crítica junto a trabalhadores e trabalhadoras rurais a partir de preceitos presentes no evangelho e do método “Ver, Julgar e Agir”. Para isso, os militantes do movimento, componente do que Michael Löwy chamou de Cristianismo da Libertação², atuaram em

² Löwy propõe uma diferenciação conceitual entre Cristianismo da Libertação e Teologia da Libertação com o propósito de discernir o conjunto de movimentos eclesiais latino-americanos cujas experiências de militância constituíram a base material para o conjunto de reflexões teológicas conhecido como Teologia da Libertação. Nesse sentido, para ele, o conceito de Cristianismo da Libertação diz respeito ao movimento sócio-religioso enquanto que a Teologia da Libertação consiste num corpo teórico produzido a partir deste movimento. Para

diferentes vias: (i) publicação de um boletim trimestral intitulado *Grito no Nordeste*, que possuía tanto função informativa, tratando-se daquilo que era promovido pela ACR, quanto formativa, difundindo importantes discussões nos distintos contextos históricos e alcançando milhares de pessoas ao longo de sua existência; (ii) realização de reuniões cotidianas junto aos trabalhadores nas quais se discutia suas condições de vida e trabalho; (iii) promoção de assembleias e encontros onde eram feitas formações sobre diversos temas, assim como atividades de integração da base. O raio de sua atuação foi desde o Maranhão até a Bahia, com unidades instaladas em dezenas de cidades da região e milhares de pessoas atingidas pelo trabalho de seus militantes.

Se nos primeiros anos de existência do movimento não apareciam tantas discussões sobre partidos ou políticas que estavam sendo implementadas, tanto por conta das limitações da ACR quanto do contexto ditatorial, com o passar dos anos, por pressão da própria base, esses temas passaram a ser mais debatidos. Dessa forma, no contexto do processo transicional brasileiro, figuram nos documentos da ACR pautas como a da origem social dos membros dos partidos políticos que haviam nascido com a reforma partidária de 1979, ou do caráter de seus programas, dentre outros. Exatamente nesse momento é que se insere o trabalho desenvolvido pelos militantes sobre as diferentes propostas de formação da constituinte e, depois, sobre o texto constitucional referente à reforma agrária.

Os documentos produzidos acerca desta pauta vão desde edições do *Grito no Nordeste* com matérias inteiras sobre o que é uma assembleia constituinte, qual a sua importância e quais as principais propostas em voga de como a nossa seria formada; além de relatórios de encontros e assembleias promovidos para discussão dessa temática em diferentes estados do Nordeste; e, por fim, questionários distribuídos com perguntas motoras sobre a constituinte distribuídos entre a base da organização. O exercício de investigar o que estava sendo pautado e defendido pelos movimentos sociais quanto a essas questões e aquilo que de fato “passou no buraco da abertura” política é fundamental para percebermos o caráter de nossa redemocratização. Deste universo documental, decidi me utilizar especialmente das edições do *Grito no Nordeste* e dos relatórios dos encontros e assembleias realizadas pela ACR. Essa escolha foi feita por nos possibilitar a análise de duas frentes distintas do trabalho do movimento, que servirão de base para a interpretação aqui proposta do processo transicional e da Assembleia Nacional Constituinte.

mais sobre, ver LÖWY, Michael. **A Guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

Partindo destas premissas, o presente trabalho trilha o seguinte caminho: no primeiro capítulo, intitulado *Sobre uma determinada sociologia marxista da religião*, me proponho deixar claro qual o quadro teórico no qual me referencio para analisar a experiência histórica produzida pela ACR, que se trata de uma vertente da sociologia da religião; no segundo capítulo, chamado *Encruzilhadas Latino-americanas: ACR, Teologia da Libertação e Teoria da Dependência*, tento traçar um breve panorama da trajetória da ACR, lançando luz sobre sua relação com outros fenômenos próprios da América Latina das décadas de 1960 e 1970, como a Teologia da Libertação e a Teoria da Dependência; no terceiro e último capítulo, *Processo constituinte e contrarrevolução nos olhos da ACR*, tenho por objetivo analisar as limitações do processo constituinte e do texto constitucional de 1988, especialmente no que diz respeito à questão da reforma agrária, apoiando-me (*i*) numa experiência histórica e (*ii*) numa baliza conceitual: o trabalho desenvolvido pela ACR na campanha pela participação popular na constituinte, e o conceito de *contrarrevolução*, utilizado por Florestan Fernandes em sua leitura dos período de Ditadura Empresarial-Militar.

2. Sobre uma determinada sociologia marxista da religião

Sejamos francos, uma das principais e mais bem consolidadas bases de sustentação do bolsonarismo no Brasil atual é a direita cristã. Faço alusão aqui não só a algumas figurinhas carimbadas e já bem conhecidas por quem acompanha a política nacional, como Silas Malafaia ou Nikolas Ferreira (PL), mas a todo um “ecossistema” que engloba inúmeros parlamentares, membros do executivo, institutos e influenciadores digitais. De acordo com um levantamento feito pelo canal de comunicação Poder 360 com base no Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral, o número de candidaturas religiosas nas eleições de 2022 subiu 29,1% em relação às de 2018, alcançando um total de 590³. Além disso, uma matéria da “Carta Capital”, escrita pela pesquisadora do Instituto de Estudos da Religião (ISER) Magali Cunha, destaca que, dos 71% de eleitos que durante a campanha manifestaram identidade com alguma religião, 50% se situa no campo da direita⁴. Ao mesmo tempo observamos a proliferação de grupos como o Centro Dom Bosco (CDB)⁵ e o crescimento de canais de influenciadores tal qual o do Pe. Paulo Ricardo, que já ultrapassa a marca de 1,75 milhão de inscritos no YouTube⁶. Os elementos de coesão que ligam estes agentes são o ataque às conquistas de direitos reprodutivos, à comunidade LGBTQIA+ e ao “comunismo/socialismo/marxismo”; bem como a promoção de medidas armamentistas e neoliberais. Tudo em defesa de Deus, da família, da pátria e da liberdade, como no lema do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Este cenário aponta para um dado sociológico inegável: a forte presença e o alto nível de organização da direita cristã no cenário político brasileiro atual. O primeiro aspecto deste

³ NASCIMENTO, Houldine. Número de candidaturas religiosas sobe 29% em 2022. **Poder 360**, 18 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/partidos-politicos/numero-de-candidaturas-religiosas-sobe-29-em-2022/>. Acesso em 18 de novembro de 2023, às 18:00.

⁴ CUNHA, Magali. Religião nas eleições 2022: o saldo final e o que esperar do futuro. **Carta Capital**, 03 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/religiao-nas-eleicoes-2022-o-saldo-final-e-o-que Esperar-d-o-futuro/>. Acesso em 18 de novembro de 2023, às 18:30.

⁵ O CDB é uma associação católica que promove eventos, produz vídeos e publica livros com o objetivo geral de “restaurar o cristianismo perdido com o modernismo”. Para isso encampam batalhas contra, por exemplo, o Concílio Vaticano II, a chamada “ideologia de gênero”, os movimentos feministas, o papa Francisco etc. Para se ter acesso ao portal do CDB, segue o link: <https://centrodombosco.org/>.

⁶ Na mesma esteira do que vem realizando o CDB, segue o Pe. Paulo Ricardo em seu canal, mas talvez com ainda mais reverberação. Para se ter acesso ao seu canal, segue o link: <https://www.youtube.com/@padrepauloricardo>.

dado sobre o qual se deve lançar luz é o da incompatibilidade existente entre inúmeros grupos e personalidades que compõem essa direita cristã e a democracia⁷. A partir disso, as questões que se impõem são: primeiro, como interpretar este dado e, segundo, qual estratégia política adotar para combater aquilo que ameaça o pouco que conseguimos consolidar até então em termos de experiência democrática. Penso nessa discussão, que a priori pode parecer distante do nosso objeto de estudo, como emblemática, pois conduz muitos companheiros e companheiras do campo progressista a uma leitura do fenômeno religioso que poderia talvez ser sintetizada pela célebre afirmação marxiana de que “a religião é o ópio do povo”, presente nos primeiros parágrafos de sua *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução*⁸. O que almejo fazer neste tópico é apontar algumas limitações de uma determinada interpretação desta afirmação para, a partir daí, explicitar a tradição de sociologia marxista da religião à qual me filio. Em outras palavras, busco aqui definir claramente meu quadro teórico a partir da crítica a esta interpretação tradicional da análise marxiana do fenômeno religioso.

Como ventilei, uma leitura muito recorrente no campo da esquerda (e até mesmo entre alguns liberais) do dado sociológico acima citado parte de uma concepção de religião enquanto um bálsamo que anestesia e adormece frente à exploração, em outras palavras, uma forma de alienação. Assim sendo, as instituições religiosas e seus agentes seriam intrinsecamente propensos a adotar o lado das classes dominantes e assumir batalhas em prol da manutenção das estruturas sociais, ou seja, seriam essencialmente conservadoras, quando não reacionárias. Parto do consenso de que isto não está, nem de longe, totalmente equivocado, afinal, ao estudarmos a história da Igreja católica por exemplo, chegamos à conclusão de que ela adotou uma postura conservadora e selou alianças com a classe dominante em inúmeras ocasiões (provavelmente na maioria delas). Isto foi apontado por Rosa Luxemburgo em seu texto *O Socialismo e as Igrejas*, de 1905, no intuito de embasar suas interpretação da posição do clero contra os sociais democratas (naquele contexto, uma força combativa contra o capital) no então reino da Polônia. De acordo com a revolucionária alemã,

“tendo abandonado a luta contra a propriedade individual que tinha sido feita pelos primeiros apóstolos, o clero juntou ele próprio riquezas, aliou-se com a classe dominante que vivia a explorar a o trabalho da classe trabalhadora. Nos tempos feudais a Igreja pertencia à nobreza, à classe dominante, e defendia ferozmente o poder desta contra a revolução. No fim do século XVIII e princípios do século XIX, o povo da Europa Central varreu a escravatura e os privilégios da nobreza. Nesta

⁷ VIEIRA, Henrique. Fundamentalismo e Extremismo não esgotam a experiência do sagrado nas religiões. In: SOLANO GALLEGOS, Esther. **O Ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. P.91-96.

⁸ Considero a leitura normalmente feita desta afirmação limitada por negligenciar a dialética presente nela. Explicarei porque penso assim mais adiante e exporei meus referenciais para adotar essa posição.

altura, a Igreja aliou-se outra vez às classes dominantes – à burguesia industrial e comercial”⁹.

Como vemos, ela relembra as críticas à desigualdade social e à propriedade individual feitas pelos cristãos dos primeiros séculos após o nascimento de Jesus, mas finca os pés na posição de que a instituição católica se distanciou de seu propósito inicial e tornou-se ela mesma um elemento potencializador de desigualdades. Apesar disso, conclui seu raciocínio ponderando que “a Social Democracia de modo algum combate os sentimentos religiosos. Ao contrário, procura completa liberdade de consciência para todo o indivíduo e a mais ampla tolerância possível para qualquer fé e qualquer opinião”¹⁰, dando a entender que partilhava da posição de que, para se construir um processo revolucionário no contexto em que se encontrava, não poderia simplesmente declarar guerra aos “sentimentos religiosos”. Ao que parece, uma simples questão de materialismo e estratégia.

Friedrich Engels foi outro grande nome da tradição marxista que se debruçou amplamente sobre a temática religiosa em obras como *Contribuição à História do Cristianismo Primitivo* (1895) e *A Guerra dos Camponeses* (1850). Nelas, ele empreendeu estudos históricos tanto sobre o chamado cristianismo primitivo, na sua possível relação com o comunismo, quanto sobre Thomas Muntzer, as revoltas camponesas dos reinos germânicos do séc. XVI, e as relações entre burguesia e calvinismo. Conforme Michael Löwy, ao analisar este último tema, se afastando de uma leitura linear da história, Engels comprehende que

“a luta entre materialismo e religião não corresponde necessariamente àquela entre revolução e contrarrevolução, entre progresso e regressão, entre liberdade e despotismo, entre classes dominadas e classes dominantes - ao contrário do que pretenderia, mais tarde, o marxismo oficial de feitio soviético”¹¹.

Observamos aqui, portanto, uma nuance entre as análises de Engels e Luxemburgo. Enquanto ela não vislumbra possibilidade da religião, após sua corrupção, servir como ferramenta de contestação, ele concede ao fenômeno um maior nível de dualidade, pois poderia por vezes estar ao lado da classe trabalhadora em suas disputas, apesar de desempenhar um papel retrógrado em inúmeras ocasiões históricas. Contudo, para o parceiro de Marx, tal dualidade do fenômeno religioso teria se expressado historicamente até um determinado marco: as Revoluções Inglesas. No texto *O Socialismo Jurídico*, escrito a quatro mãos com Karl Kautsky, ele postula que “a bandeira religiosa tremulou pela última vez na

⁹ LUXEMBURGO, Rosa. O Socialismo e as Igrejas. **Revista Espaço Acadêmico**, ano II, N° 17, 2002, p.12.

¹⁰ Ibid. O Socialismo e as Igrejas. **Revista Espaço Acadêmico**, ano II, N° 17, 2002. p.17.

¹¹ LÖWY, Michael. **Marx, esse desconhecido**. São Paulo: Editora Boitempo, 2023, p.43.

Inglaterra no séc. XVII”¹²; a partir de então, ela só poderia ser uma “força social e politicamente retrógrada”¹³. Hoje, depois da emergência do Cristianismo da Libertação na América Latina, por exemplo, sabemos que se trata de uma hipótese equivocada, mas não vamos cobrar de Engels aquilo que ele não teria condições de oferecer.

Quanto ao próprio Marx, ele se dedicou bem menos à análise da religião que seu parceiro intelectual e político, limitando-se a algumas notas de rodapé no *Capital*, além de dois textos nos quais é possível encontrar algumas das teses marxianas sobre fatos religiosos mais reproduzidas. Ambos são bastante conhecidos até mesmo por muitos que não suportam ouvir falar em Marx: me refiro aqui às obras *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução* e *A Ideologia Alemã*. Marx dá início à primeira declarando que “a crítica da religião está, no essencial, terminada; e a crítica da religião é o pressuposto de toda crítica”¹⁴, ressaltando a centralidade da crítica religiosa, que, no contexto em que se encontrava, assumia a função de ataque ao reinado de Frederico Guilherme IV, razão pela qual os chamados Jovens Hegelianos tanto se debruçaram sobre esta discussão. Para o cumprimento desta missão, a principal referência dos discípulos de Hegel foi Ludwig Feuerbach, autor de *A Essência do Cristianismo*, obra à qual Marx faz referência quando afirma ter se esgotado a crítica da religião, conforme José Paulo Netto¹⁵.

É na primeira página deste texto que consta a afirmação à qual mais se recorreu para defender a ideia de que a religião seria, obrigatoriamente, uma forma de alienação e, portanto, deveria ser combatida, pois consistiria num obstáculo essencial à libertação do proletariado. Falo aqui, claro, de “a religião é o ópio do povo”. Como afirmei acima, não discordo da potência retrógrada do fenômeno religioso, o problema é que a interpretação dada normalmente a esta passagem possui algumas limitações. A primeira delas é o fato de negligenciar a dialética presente na análise de Marx acerca do fenômeno religioso, somente perceptível se lermos o todo no qual se insere esta fórmula, que, aliás, “nada tem, em especial, de marxista”¹⁶; a segunda diz respeito ao entendimento da alienação: “para Marx, os processos alienantes possuem outro estatuto ontológico [a comparação aqui é com o conceito de alienação em Hegel]. São relações sociais objetivas, que têm lugar no mundo objetivo e, apenas em consequência disso, são refletidas pela consciência”¹⁷. Em outras palavras,

¹² ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O Socialismo Jurídico**. São Paulo: Boitempo, 2012, p.20.

¹³ LÖWY, Michael. **Marx, esse desconhecido**. São Paulo: Editora Boitempo, 2023, p.44.

¹⁴ MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010, p.145.

¹⁵ NETTO, José Paulo. **Karl Marx. Uma biografia**. São Paulo: Boitempo, 2020, p.81.

¹⁶ LÖWY, Michael. **Marx, esse desconhecido**. São Paulo: Editora Boitempo, *op. cit.*, p.33.

¹⁷ LESSA, Sérgio. Alienação e Estranhamento. **Revista GESTO-Debate**, Campo Grande, v. 16, n°1, dezembro de 2018, p.25.

significa dizer que a crítica da alienação nas suas “formas sagradas” deve ser condicionada à crítica da alienação em suas formas “não sagradas”, para me utilizar de termos do próprio Marx. Nesse sentido, qualquer projeto de embate a um fenômeno religioso deve considerar de partida sua relação com a dimensão concreta (aliás, uma relação também dialética, e não de mera determinação daquele por esta). Caso contrário, penso que seja esse um projeto infrutífero.

Uma questão que se impõe, portanto, é: quais as consequências das limitações acima citadas? A meu ver, elas são de duas categorias: analítica e política. A consequência analítica se torna explícita quando pensamos em realidades históricas tal qual a analisada neste trabalho, do Cristianismo da Libertação, que não conseguem ser explicadas através da restrita chave religião/alienação. Dessa forma, se almejamos compreender esse tipo de experiência, temos de complexificar nosso olhar. A consequência política diz respeito às nossas estratégias de luta contra o fascismo e pela construção do socialismo na América Latina. Não é possível que, em um país como o nosso, qualquer militante ou organização política que se diga materialista conceba a possibilidade de construir uma experiência de transformação radical da sociedade ignorando os “sentimentos religiosos” (como diria Rosa Luxemburgo) da população ou menosprezando-os. Nesse sentido, muito ainda temos a aprender com alguns grupos que compuseram o Cristianismo da Libertação.

Vejamos finalmente como Marx aborda essas questões:

“A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo.

A supressão [*Aufhebung*] da religião como felicidade ilusória do povo é a exigência da sua felicidade real. A exigência de que abandonem as ilusões acerca de uma condição é a exigência de que abandonem uma condição que necessita de ilusões”¹⁸.

É verdade que não há aí nenhuma referência às classes sociais e seus interesses ou à historicidade da religião, ou seja, ela não é tratada ainda como uma realidade sócio-histórica, mas devemos lembrar que este é um texto escrito entre 1843 e 1844, quando Marx estava por desenvolver o grosso de seus conceitos e, portanto, o cerne da análise pela qual se tornaria paradigmático. No entanto, encontramos aí já uma “qualidade dialética, captando a natureza contraditória da ‘angústia’ religiosa: tanto a legitimação das condições existentes como um protesto contra elas”¹⁹, sem falar na constatação de que o objetivo final da crítica deve ser o

¹⁸ MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, *op. cit.*, p.145-146.

¹⁹ LÖWY, Michael. **A Guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.14.

abandono da “condição que necessita de ilusões”. Quanto a isto, mais adiante ele ainda reforça que o papel da filosofia deve ser “desmascarar a autoalienação nas suas formas não sagradas”²⁰. Só alguns anos depois, em 1846, quando é escrita a *Ideologia Alemã*, é que teria início uma análise propriamente marxista da religião, ocasião em que o conceito de *ideologia* entra na roda, provocando uma mudança substancial na análise e influenciando um conjunto de sociólogos e filósofos (marxistas ou não) que, ao longo do séc. XX, se dispuseram a estudar os fatos religiosos e forneceram alguns dados metodológicos caros a nós.

O primeiro destes dados diz respeito ao abandono do estudo ontológico da religião para analisá-la enquanto um fenômeno social e histórico. Em outras palavras, questionamentos de caráter metafísico relativos, por exemplo, à existência de Deus não constituem o alvo de minha análise; por outro lado, me interessa a atuação da instituição da igreja católica em sua heterogeneidade e frente às limitações que encontra na relação com outros agentes sociais componentes de um determinado bloco histórico²¹. No volume 4 dos *Cadernos do Cárcere: temas de cultura, Ação Católica, americanismo e fordismo*, interpretando o trabalho desenvolvido pelo movimento da Ação Católica na Itália ao longo da ascensão do fascismo, Antonio Gramsci foi um dos pensadores que empreendeu um brilhante estudo deste tipo, apesar de não sistemático, pelas próprias condições de escrita dos *Cadernos*. Neste volume, ele defende a tese de que a criação da Ação Católica consiste num ponto de inflexão da história da igreja a partir do qual é implementada uma nova forma de intervenção na realidade por parte da instituição devido à mudança de hegemonia no campo ideológico, no qual a igreja não era mais a única a dar as cartas²². Conforme Giuseppe Staccone, Gramsci muito nos ajuda quando lança luz sobre o fato de que

“as instituições religiosas são forças ativas na estrutura ideológica das sociedades e, como tais, não podem ser analisadas nem compreendidas isoladamente, em sua pretensa autonomia, pois fazem parte das relações globais de forças de classe, ao mesmo tempo econômicas e políticas, além de ideológicas. São elementos da superestrutura de um determinado bloco histórico”²³.

Para além disso, vários teóricos americanos que se dedicaram ao estudo do fenômeno religioso conforme se desenvolviam experiências sociais que compuseram o Cristianismo da

²⁰ MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, *op. cit.*, p.146.

²¹ Entendo por bloco histórico o conjunto composto pelos diversos agentes sociais atuantes em um determinado momento histórico, tanto no nível da infraestrutura quanto no da superestrutura, que, por sua vez, dialeticamente se condicionam.

²² GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.168.

²³ STACCONI, Giuseppe. **Filosofia da Religião: o pensamento do homem ocidental e o problema de Deus**. Petrópolis: Vozes, 1989, p.185.

Libertação, tendo alguns deles participado ativamente da construção delas. Utilizando-se de um arcabouço conceitual tanto weberiano quanto gramsciano, o sociólogo Scott Mainwaring nos fornece um dado fundamental: em sua relação com outros agentes, manifesta-se no seio das instituições religiosas um processo dialético de disputa. Devido ao seu caráter institucional, a Igreja atua em constante defesa de interesses hierárquicos, que são também históricos: “a tendência de proteger interesses organizacionais tem sido e continuará sendo, dessa forma, um elemento chave no envolvimento da Igreja Católica na política”²⁴. Fazem parte deles, por exemplo, a difusão de sua concepção de mundo e a expansão da malha de fiéis, de forma que em vários momentos a Igreja retaliou movimentos que contrariasse sua capacidade de atrair pessoas²⁵. Contudo, conforme nos alertam Otto Maduro e Romero Venâncio Júnior, por se tratar de uma realidade sempre situada em um determinado bloco histórico de um modo de produção, a Igreja não goza de total autonomia e enfrenta uma série de limitações, independente da existência da consciência acerca delas²⁶.

Dentre outras coisas, pesquisar a história dos movimentos de base da Igreja católica na América Latina significa encarar essa contradição a todo momento. Podemos identificá-la na trajetória da Juventude Universitária Católica (JUC), que depois se torna Ação Popular (AP); dos grupos católicos de operários, como a Ação Católica Operária (ACO), que passa de um lugar muito mais conservador no espectro político da década de 40 para desempenhar um importante trabalho de denúncia da Ditadura de 64; ou mesmo no caminho traçado por personalidades como o próprio Dom Hélder Câmara, que abandona as fileiras do integralismo para denunciar veementemente os crimes cometidos por agentes do Estado brasileiro ao longo do regime ditatorial. Nesse sentido, a atuação da ACR com relação à grande pauta da Constituinte de 1987 - que se inseriu em um contexto de lutas muito maior - pode e será lida a partir de agora à luz dos dados que compõem este quadro teórico. Em outras palavras, nos interessa aqui a capacidade deste movimento de influenciar a *cultura política* de seu ambiente sócio-histórico; assim como o conjunto de características presentes no processo constituinte de 1987 apontadas por ele que contribuem para a reflexão acerca do caráter da nossa “redemocratização” e da nossa democracia hoje.

²⁴ MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p.16.

²⁵ Ibid. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p.17.

²⁶ SILVA, Romero Junior Venâncio. **A crítica da religião em Marx: 1840-1846**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010, p.111.

3. Encruzilhadas latino-americanas: ACR, Cristianismo da Libertação e Teoria da Dependência

Agora que já deixei claro qual o quadro teórico do qual parto para analisar a experiência da Ação Católica Rural, neste capítulo, tenho por objetivo traçar um breve panorama da história da fundação desta organização e de algumas transformações pelas quais ela passou até o contexto da campanha pela participação popular na constituinte de 1987. Para fazer isso, (*i*) tratarei da vinda do padre José Servat, fundador da ACR, ao Brasil; (*ii*) abordarei a relação da organização com outros movimentos e correntes teóricas da América Latina dos anos 60 e 70 e (*iii*) apresentarei seu método de trabalho a partir de edições do *Grito no Nordeste*, boletim trimestral da organização, e de relatórios produzidos por ocasião de encontros de militantes, chamando atenção para as mudanças nas pautas debatidas pela ACR ao longo de sua trajetória.

Em 1965, cerca de um ano após o Golpe que derrubou João Goulart, começaram os trabalhos da Ação Católica Rural no Brasil, mais precisamente no estado de Pernambuco. As origens deste movimento remontam às sessões do Concílio Vaticano II (1962-1965), onde se encontraram Dom Hélder Câmara, então bispo da Arquidiocese de Olinda e Recife (AOR), e José Servat, padre francês que atuava junto a camponeses em sua terra natal e que viria a ser o responsável por liderar a construção da ACR em território brasileiro. Na ocasião, aquele apresentou a este uma proposta de mudança para o Brasil com a finalidade de fundar um movimento capaz de “despertar a atuação do laicato cristão no momento histórico em que vive o Nordeste”²⁷. A vinda de Servat para cá, no entanto, não foi algo pontual na história da Igreja católica daquele momento: é também decorrência de uma política migratória do Vaticano que estimulava o deslocamento de clérigos para localidades onde se julgasse que havia a chamada “crise de vocações”, ou seja, locais em que a quantidade de membros clericais fosse insuficiente frente ao contingente populacional. Esta política, que já havia sido implementada durante o governo de Pio XII (1939-1958) com foco nos continentes Africano e Asiático, concentrou-se na América Latina na década de 60; por trás dela, além da necessidade de preencher lacunas na malha clerical, havia uma tentativa de resposta ao

²⁷ Trecho de depoimento concedido pelo Pe. Servat ao Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro, em Itapissuma.

avanço de ideologias vistas como nocivas pela Igreja católica, tal qual o comunismo e o socialismo²⁸.

Nesse sentido, o continente latino-americano se tornou uma prioridade, especialmente após a eclosão da Revolução Cubana, sendo Pernambuco um dos territórios nos quais se pensava que poderia surgir uma outra revolução, similar àquela gestada na *Sierra Maestra*. A tradição de lutas pela terra ali existente, a presença e atuação de organizações como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o crescimento das Ligas Camponesas, que se radicalizavam e passavam a falar em reforma agrária “na lei ou na marra” entre os anos 50 e 60, contribuíam com isso, sem falar no nível de mobilização social alcançado ali pelos trabalhadores rurais pouco antes do Golpe de 1964²⁹. Portanto, se tornava estratégica para a Igreja uma atuação firme de seus membros em Pernambuco no sentido de criar uma frente de resistência ao trabalho desses grupos: dois dos mais conhecidos clérigos que compuseram essa frente foram os padres Melo e Paulo Crespo, atuantes no sindicalismo rural e em órgãos como o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE). A essa equação, Maria do Socorro de Abreu e Lima adiciona ainda uma variável: a necessidade de “incentivar uma via de desenvolvimento reformista para o país a partir dos questionamentos de movimentos leigos liderados pela Juventude Universitária Católica (JUC), tendo como base a própria doutrina social da Igreja”³⁰. Assim, a Igreja buscava fornecer respostas para questões que estavam sendo postas por outros agentes sociais e também dentro do seu espaço institucional.

Fechado o parênteses, voltemos ao encontro acima citado. Após conversar com Dom Hélder sobre sua proposta de criar um movimento de evangelização libertadora no meio rural do nordeste brasileiro, Servat aceita a missão de vir ao Brasil para dar início aos trabalhos da ACR em Pernambuco³¹. Ao pisar em chão latino-americano, ele se depara com uma Igreja que passava por transformações significativas, cujas origens se constituem tanto do trabalho concreto desenvolvido por vários movimentos eclesiais de base quanto do corpo teórico teológico que se tornou, de acordo com Leonardo Boff, “reflexo e reflexão” acerca do que resultou do trabalho destes movimentos. Refiro-me aqui à gestação do Cristianismo e da Teologia da Libertação: um movimento sócio-religioso e uma corrente teológica (não restrita

²⁸ DA SILVA, Pedro Henrique Pacheco. **Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco**. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012, p.110-111.

²⁹ BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984, p.85-87.

³⁰ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 a 1985. **Crítica Histórica**, Alagoas, v.9, n.18, 2018, p.92. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/rchv19n18.2018.0006>.

³¹ Para mais sobre a atuação de Dom Hélder nas sessões do Vaticano II, ver DA SILVA, Severino Vicente. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife**. Recife: Editora UFPE, 2014.

ao catolicismo, diga-se de passagem) próprios da América Latina e aglutinados em torno da fórmula da “opção preferencial pelos pobres”, que se encontra presente em inúmeros documentos eclesiás daquele contexto. Por exemplo, aqueles resultantes da II Conferência do Episcopado Geral Latino-americano, realizada em Medellín no ano de 1968; como também em obras de teólogos tais quais Hugo Assman, Gustavo Gutiérrez ou Leonardo Boff, componentes do coração deste corpo teológico que, segundo Enrique Dussel, foi o primeiro essencialmente latino-americano³². Estes dois dados da realidade latino-americana são fundamentais para compreender a ACR e sua atuação frente a qualquer pauta. Isso se deve ao fato de que, apesar dela ter sido uma organização criada a partir do modelo da Ação Católica, que havia sido gestado na Europa como um novo tipo de resposta da Igreja aos desafios do mundo moderno, a atuação de seus militantes, que viviam em chão americano, e não europeu, foi completamente condicionada pela maneira como era pensada a atuação cristã neste território. Disto, resulta que aquilo que foi produto da experiência histórica da ACR no Brasil não deve ser interpretado à luz somente do que ditavam e produziam organizações homônimas de outros territórios, mas especialmente do que acontecia em nosso continente.

Dito isto, preciso abrir aqui um segundo parênteses explicativo para tratar da relação entre a corrente teológica acima citada e inovações que aconteciam no âmbito do pensamento crítico latino-americano da década de 60. Não há como compreender o surgimento da Teologia da Libertação sem nos atentarmos para o que acontecia na América Latina em termos de produção de conhecimento e interpretação crítica da realidade social. É preciso aqui chamar atenção especialmente para uma corrente teórica responsável por inverter a equação que consistia no cerne do pensamento desenvolvimentista: a Teoria da Dependência. Para aquele, bastaria que o Estado dos países subdesenvolvidos atuasse no sentido de abolir todo um conjunto de relações de exploração lidas como atavismos “pré-capitalistas”, modernizando a economia, e, dessa maneira, seria alcançado o tão almejado desenvolvimento dentro de um certo período. Isto é, bastaria fazermos o que os países do centro do sistema teriam feito.

Na perspectiva dos chamados teóricos dependentistas (Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, André Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, dentre outros), as tais relações produtivas “pré-capitalistas” seriam, na verdade, constitutivas de uma forma capitalista específica: o capitalismo periférico e dependente, que, por sua vez, seria uma condição de possibilidade do capitalismo em sua forma central. Em outras palavras, o

³² DUSSEL, Enrique. **Teologia da Libertação: um panorama de seu desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1999, p.62.

diagnóstico realizado por esses teóricos nos mostrou que aquelas relações antes vistas como uma espécie estranha e parasita que nos impedia de alcançar os países capitalistas centrais eram, na verdade, nossa idiossincrasia enquanto periferia do sistema capitalista global³³. Na transferência de valores dessa periferia para o centro estaria a origem de nossa pobreza e desigualdade: um processo de produção da periferia pelo centro. Em 2004, o crítico literário Roberto Schwarz, numa entrevista sobre os caminhos do marxismo no Brasil concedida a um seletº grupo de economistas, historiadores e sociólogos, dentre os quais estavam Luiz Gonzaga Belluzzo, Maria Elisa Cevasco e Jorge Grespan, tratou das implicações desta revolução interpretativa da seguinte maneira:

“as consequências políticas, culturais e teóricas - sem esquecer as estéticas - dessa ordem de ideias são profundas. O obsoleto pode ter futuro pela frente. Repisando, as nossas relações de opressão e exploração de classe, que pareciam nos excluir do mundo moderno, eram justamente nosso vínculo ao progresso tal como ele é, e não como os países adiantados afirmam como ele seja. A inversão é contra-hegemônica e nada menos que sensacional. Em lugar de moradores de um remoto quintal do mundo, somos parte ativa, somos parte ativa, inconsciente ou revoltada, de sua reprodução em sentido forte. Trata-se de um novo ‘sentimento do mundo’ - na fórmula de Drummond -, ainda por digerir”³⁴.

Nessa altura, uma pergunta que o leitor deve estar se fazendo é: afinal, qual a relação disto tudo com a Teologia da Libertação? Defendo aqui a posição postulada por Enrique Dussel segundo a qual a Teologia da Libertação consistiu em uma expressão, no âmbito do pensamento teológico, desta revolução interpretativa pautada pela oposição *dependência x libertação*. O compromisso de combate à dependência econômica, cultural e política aparece em diferentes documentos e obras teológicas do período enquanto dever do cristão latino-americano e condição para realização integral do potencial humano³⁵; tal concepção teológica, que é também matizada por categorias sócio-analíticas do arcabouço marxista, se materializa no trabalho desenvolvido pelos militantes de inúmeros movimentos eclesiais, cuja baliza metodológica remete às contribuições de Paulo Freire e às atuações do Movimento de Educação de Base (MEB) e do Movimento de Cultura Popular (MCP), a partir da noção de *conscientização*. Dessa maneira, tomava corpo uma fórmula paradigmática para a atuação de várias dessas organizações, que miraram na libertação e vislumbraram no trabalho de

³³ Começa a se formar a partir dessas reflexões a noção de uma identidade periférica. Suas implicações reverberam em diversos âmbitos: na política, na estratégia revolucionária de grupos como a ORM-POLOP, na estética (vide experiências como a do Cinema Novo ou do Teatro de Arena), dentre outros. Não iremos nos ater aqui a essas implicações por não ser esse nosso objetivo.

³⁴ Uma aclimatação do marxismo no Brasil: os trajetos de uma geração e de um projeto de transformação do país. **Revista Piauí**, N.207, ano 18, 11 de dezembro de 2023, p.46-52.

³⁵ DUSSEL, Enrique. **Teologia da Libertação: um panorama de seu desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, *op. cit.*, p.66.

conscientização o caminho para ela. Algumas delas, mais simpáticas às experiências socialistas, se encaminharam para lugares mais radicais do espectro político da época, como a Juventude Universitária Católica (JUC) ou os Cristãos Pelo Socialismo, do Chile de Salvador Allende (1970-1973); outras, menos afeitas àquelas experiências e ligadas a um reformismo, tinham em seu horizonte, não o rompimento com o sistema capitalista, mas sua humanização, embora também tenham vivenciado alguma radicalização ao longo de sua história. Este é o caso da ACR.

Todas essas transformações que aconteciam no seio da Igreja latino-americana, ao mesmo tempo que eram condicionadas por problemas próprios da realidade do nosso continente, estavam inseridas em processos de dimensão ainda maior. Por exemplo, um de seus pressupostos foi o reconhecimento, em alguma medida, do pluralismo da forma de ser Igreja nos diferentes territórios do globo, algo que se manifestou nas determinações do Concílio Vaticano II (1962-1965), com a substituição do latim pelas línguas vernáculas na condução da liturgia, bem como na criação de Conferências Episcopais nacionais e continentais. Conforme Zilda Grícoli Iokoi - socióloga que se dedicou ao tema da relação entre Igreja e movimentos sociais no campo - “admitiu-se assim que o Catolicismo se expressasse de diferentes maneiras na Ásia, na África e também na América Latina e que essa expressão singular permitiria a reflexão sobre a auto-identificação nacional e a constituição de novas possibilidades de existência da Igreja. Alteraram-se desde então ritos e símbolos, ou explicitaram-se práticas já existentes”³⁶.

Com o respaldo institucional do Vaticano II e, depois, da Conferência Episcopal de Medellín (1968), tornaram-se mais favoráveis as condições para a ampliação do trabalho de base que já vinha sendo desenvolvido por movimentos eclesiás em alguns países, levando-se sempre em consideração aquilo que foi colocado no primeiro capítulo deste trabalho: todos estes movimentos, por fazerem parte de uma instituição, não estão livres das contingências a ela ligadas e pela sua hierarquia determinadas. No entanto, é necessário frisar que a existência desse respaldo não significou sua aceitação por toda Igreja, mas, sim, uma tensão interna que se prolongou por muitos anos e chega até os dias de hoje, com setores eclesiás renegando o Concílio Vaticano II e até mesmo a autoridade papal de Francisco³⁷.

³⁶ IOKOI, Zilda Grícoli. **Igreja e Camponeses: Teologia da Libertaçāo e Movimentos Sociais no Campo (Brasil e Peru, 1964-1986)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p.22-23.

³⁷ BRITO, Pedro; FACHIN, Patrícia. **A extrema-direita católica e a aliança com o governo Bolsonaro. Entrevista especial com Romero Venâncio**. Instituto Humanitas Unisinos, 29 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/614341-a-extrema-direita-catolica-e-anterior-ao-bolsonaro-smo-ela-participa-colabora-e-ajuda-o-governo-bolsonaro-entrevista-especial-com-romero-venancio>. Acessado às 11:00 de 05/01/2024.

Quanto ao significado dessa reordenação, Iokoi defende que ela

“tem múltiplos sentidos, quais sejam os de recuperar a dinâmica da Igreja em sua relação com os diferentes níveis da prática religiosa: a criação da teologia que respondesse às necessidades locais e desse corpo doutrinário à nova prática; a contribuição histórica no seu tempo, na busca de conhecimento que colocasse a visão total do homem em seu conteúdo econômico, político, cultural e religioso; formação de quadros que tenham a liberdade de oposição e de realização dentro da Igreja; a recuperação do sentido da comunidade responsável e crítica às instituições em abstrato, partindo da crítica de si mesma como responsável, até então, pela manutenção da ordem estabelecida e do amortecimento das reivindicações populares”³⁸.

Sendo assim, a próxima questão que se impõe é de que maneira esta concepção teológica e o discurso da libertação ganharam corpo no cotidiano dos militantes da ACR. A atuação do movimento, que chegou a desenvolver atividades em todos os estados da região Nordeste, acontecia em diferentes níveis simultaneamente. Foram realizados trabalhos por pequenas, médias e grandes equipes, com distintos objetivos. As primeiras faziam reuniões de trabalhadores e trabalhadoras rurais com o intuito de que fossem discutidas as questões vivenciadas por aquelas pessoas em seus cotidianos, quais problemas os estavam afligindo, e quais soluções poderiam ser adotadas por elas quanto um coletivo. Para que chegassem em qualquer plano de ação, era necessário entender qual a origem do que estavam enfrentando, ou seja, fazer um diagnóstico da situação; tudo isso era feito à luz do evangelho, de documentos pastorais e de obras de teólogos. O objetivo, além traçar caminhos que poderiam ser seguidos para conquistar melhores condições de vida e trabalho no meio rural, era também formar quadros que fossem atuar nas associações, sindicatos e até mesmo partidos políticos. Um dos exemplos mais conhecidos desses quadros foi o de Manoel dos Santos, que, depois de militar na ACR, também atuou na Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE), na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e no Partido dos Trabalhadores (PT).

O método utilizado na condução desses encontros e de quase todas as outras atividades do movimento chamava-se Ver-Julgar-Agir. Não se tratava de uma peculiaridade da ACR ou mesmo do Cristianismo da Libertação, mas de uma ferramenta utilizada por inúmeros movimentos que compuseram a Ação Católica e atuaram em diferentes continentes. Fica evidente, contudo, que essa ferramenta ganhou contornos específicos aqui devido às influências acima referidas. Quanto a este “jeito de trabalhar”, no número 87 do boletim

³⁸ IOKOI, Zilda Grícoli. **Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo (Brasil e Peru, 1964-1986)**. São Paulo: Editora Hucitec, *op. cit.*, p.25.

produzido pela ACR, o *Grito no Nordeste*, publicado e distribuído no ano de 1985, afirma-se o seguinte:

“No nosso jeito de trabalhar buscamos sobretudo unir a ação e a reflexão: não basta lutar: precisamos refletir antes, durante e depois da luta. É assim que conseguimos descobrir o valor da vida e da classe, sem perder nunca de vista a construção da Nova Sociedade.

Nos encontros que realizamos costumamos usar o método **VER - JULGAR - AGIR**: refletimos com os companheiros sobre sua situação, partindo sempre das necessidades mais sentidas por eles. Através da bíblia, dos documentos da Igreja e da contribuição dos teólogos, descobrimos uma luz que nos leva à ação concreta”³⁹.

Por um lado, chama atenção a preocupação dada à reflexão que precede a ação, sem a qual esta ação pode resultar infrutífera; pelo outro, observamos que o objetivo final é a “ação concreta”, ou seja, se trata de um método que busca ter início e fim na concretude, na “construção de uma Nova Sociedade”. No entanto, esta realidade mais justa perseguida pelo movimento não deve ser confundida com algo como o socialismo, visto que em outros números deste mesmo boletim esta alternativa estratégica é atacada e descartada. Por fim, nos interessa o uso da categoria de classe, pois por muito tempo a ela não se recorreu nos documentos da ACR, preferindo-se operar com a categoria de “pobres”; um dado que talvez aponte para a aproximação entre militantes do movimento e categorias utilizadas normalmente por organizações da esquerda marxista.

Da mesma forma que este método ditava a maneira como eram conduzidas as reuniões mais cotidianas, com base nele também eram estruturados os encontros das equipes estaduais e regionais, ou mesmo as assembleias gerais. Neste tipo de atividade, além de serem determinadas as linhas mais amplas dos próximos passos do movimento, eram eleitas as equipes que compunham seu núcleo e realizadas atividades culturais e formativas, por meio das quais debatia-se sobre temáticas centrais para a vida da classe trabalhadora do campo, tal qual a da Reforma Agrária, da política partidária, do sindicalismo rural, da violência patronal, dentre outras. O que acontecia nessas assembleias e encontros era normalmente resumido em relatórios, depois distribuídos e publicados pelo secretariado do movimento no *Grito no Nordeste* para que mais pessoas, além das que haviam comparecido às atividades, pudessem ter acesso ao que havia sido discutido e deliberado.

Vamos a um exemplo: na edição de número 40, publicada em 1976, consta o relatório da assembleia geral que fora promovida entre os dias 24 e 31 de outubro daquele ano (a

³⁹ *Grito no Nordeste*, ano XIX, Nº87, novembro/dezembro de 1985, p.6. Documento disponível na Caixa Grito no Nordeste do Fundo Ação Católica Rural, do Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais (NUDOC/UFPE).

décima primeira do movimento), com o tema de “Posse e Uso da Terra - Conflitos”. De acordo com este relatório, cerca de 75 camponeses de todo o Nordeste e ainda do estado de Minas Gerais se reuniram naqueles dias para discutir sobre as raízes históricas da concentração fundiária brasileira e da violência patronal que é sua “irmã”; o ponto de partida foram as respostas dadas pelos próprios camponeses a um formulário preparatório que tinha sido distribuído antes da assembleia, procedimento comum na preparação dessas atividades; a partir disso, foram promovidas formações sobre esse tema, suas implicações e quais providências poderiam ser tomadas para permanecer na terra frente à ameaças de despejo. Nessas formações, observamos o entrelaçar de diferentes perspectivas: teológica, política e jurídica, encarnadas por clérigos, como Dom Hélder Câmara, advogados envolvidos com a causa da luta pela terra, e membros de outras organizações, como a CONTAG. Uma outra estratégia formativa à qual muitas vezes se recorreu nesse tipo de assembleia foram as dramatizações, que, também protagonizadas pelos camponeses, focaram, neste exemplo específico, nas consequências do êxodo rural para as famílias que migravam rumo ao sul. Nos últimos momentos, fez-se uma avaliação do trabalho desenvolvido em cada estado e determinou-se quais as prioridades de ação do movimento. Vejamos:

“Ainda revizamos nosso entrosamento com as comunidades, os órgãos de classe, a pastoral, etc... Também achamos que queremos trabalhar, sobretudo, com os camponeses despejados, assalariados, cortadores de cana, porque são os mais injustiçados e aqueles com quem a gente vive diretamente (...)

As situações tendem a ficar piores, mais duras. Vamos participar, acompanhar as pessoas mais atingidas; trabalhar e lutar para permanecer na terra, refletindo, abrindo os olhos, conhecendo as leis que garantem os nossos direitos; não fazer nada sozinhos, mas juntos, organizados e apelando para o Sindicato; planejar e revisar a ação. Estas foram algumas das decisões mais importantes que a Assembléia tomou”⁴⁰.

Primeiro, observamos que havia a preocupação de identificar quais setores da classe trabalhadora do campo mais sofriam com o problema em questão para que fossem determinadas prioridades de ação junto a eles. Segundo, constatamos que é excluída qualquer forma de ação individual, que deveria ser preterida em prol da ação coletiva e organizada por órgãos de classe, como os sindicatos. Terceiro, fica claro que não há uma perspectiva de ruptura radical com a ordem político-jurídica estabelecida nas diretrizes da luta pela permanência na terra, mas, sim, uma aposta na legalidade, expressa na passagem “conhecendo as leis que garantem os nossos direitos”. Por um lado, se analisarmos esta posição através de

⁴⁰ *Grito no Nordeste*, N°40, outubro/dezembro de 1976, p.16-18. Documento disponível na Caixa Grito no Nordeste, do Fundo Ação Católica Rural do Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais (NUDOC/UFPE).

uma lente meramente jurídica, ela poderia ser justificada pela sanção de leis como o Estatuto da Terra (1964) e pela criação, em 1970, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - que passou a reunir as funções dos antigos Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA) - durante o regime ditatorial que se encontrava em vigência; pelo outro, considerando o caráter de classe desse mesmo regime, que era dirigido não só por militares, mas também por representantes do grande empresariado urbano e rural, podemos pensar que a margem de conquistas era bastante estreita e as condições de reivindicação, desfavoráveis. Mesmo assim, essa tática, de aposta na legalidade, nas brechas de leis como o Estatuto da Terra ou o Estatuto do Trabalhador Rural, foi defendida pela CONTAG ao longo do período ditatorial⁴¹.

O caráter das temáticas e propostas de ação destas atividades mudou ao longo da vida do movimento, isto é, elas abrigam historicidade. Na explicação desse fenômeno, se reúnem fatores internos e externos à ACR, por exemplo: (i) as mudanças na conjuntura política brasileira, com o processo de distensão da Ditadura Empresarial-Militar a partir de 1974; (ii) as tensões dentro da própria ACR, que era, em si, um terreno de disputas. Como foi colocado no primeiro capítulo, a dialética está presente em meio a qualquer organização, religiosa ou não, e seus militantes, que tinham contato com outros espaços de luta política para além da ACR, traziam demandas ao seu seio da maneira que conseguiam. Por exemplo, uma das “colunas” que se manteve no conteúdo do *Grito no Nordeste* durante toda sua história foi a “Amigos Escrevem”; nela, nos deparamos várias vezes com leitores do boletim pedindo que certas problemáticas fossem abordadas. Assim, se nos primeiros anos da ACR a política institucional não aparece tanto em seus documentos, internos ou externos, no fim da década de 1970, e ao longo da década de 1980, essa temática passa a figurar muito mais e de maneira mais concreta. Quanto a isto, a historiadora Maria do Socorro de Abreu e Lima afirma que

“a partir dos anos 80, porém, em consonância com o processo de abertura política e redemocratização do Brasil, a ACR, como outros movimentos da Igreja Católica que já vinham discutindo e atuando politicamente numa linha de denúncia e resistência à ditadura, passa a discutir sobre política de uma forma mais concreta, intensa e questionadora”⁴².

Os encontros sobre política partidária são emblemáticos desse momento da história da organização, como o realizado em Olinda, entre os dias 24 a 27 de agosto de 1989, em

⁴¹DE ANDRADE, Sandra Maria Correia. A questão agrária no Nordeste. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11, n.2, 1997, p.113.

⁴² ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 a 1985. **Crítica Histórica**, Alagoas, v.9, n.18, op. cit., p.90.

preparação para as eleições presidenciais que aconteceriam no fim daquele ano. No relatório desta atividade, se destaca a preocupação em traçar um perfil de cada candidato e de seus respectivos programas, assim como em entender as transformações do capital naquele momento da história do Brasil⁴³. É exatamente neste contexto em que se inserem os trabalhos da ACR na campanha pela participação popular na constituinte, que se tornou uma das mais importantes da década de 1980, junto à das Diretas Já. Em torno dela, trabalharam inúmeros movimentos sociais, construindo um esforço coletivo de pressão para que existisse a marca popular na constituinte, e que a constituição respondesse às demandas da classe trabalhadora em suas diferentes frações. No próximo capítulo, iremos tratar desta mobilização acerca da constituinte de 1987 e da maneira como a ACR a abordou junto à sua base.

⁴³ Relatório de Encontro sobre Política Partidária (24 a 27 de agosto de 1989). Documento 3 da Caixa 1 do Fundo Ação Católica Rural, do Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais (NUDOC/UFPE).

4. Processo constituinte e contrarrevolução nos olhos da ACR

Neste tópico, tenho por objetivo principal analisar o trabalho desenvolvido pela ACR na campanha pela participação popular na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987, lançando luz sobre as limitações apontadas pelo movimento neste marco da vida política do país. Contudo, para chegarmos nesse ponto, precisamos, antes, tratar do processo da transição brasileira entre o regime ditatorial e a chamada *Nova República*, na qual está inserida a convocação da ANC e todo o conjunto de disputas em torno de seus trabalhos. Assim, (i) começarei examinando os diferentes componentes do processo transicional; (ii) prosseguirei abordando a campanha pela participação popular na constituinte e alguns de seus principais atores e, enfim, (iii) tecerei uma análise do que a ACR produziu acerca desta pauta em seu boletim e em encontros realizados com sua base, contextualizando alguns episódios e questões da ANC.

O primeiro dado fundamental que deve ser pontuado com relação à transição diz respeito ao seu caráter processual. Significa dizer que ela deve ser lida enquanto fruto de um processo político que se estendeu por cerca de dez anos: desde 1974 - quando Ernesto Geisel se torna chefe do executivo e dá início ao seu projeto de distensão junto ao então chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva - até 1985 - quando é eleita a chapa Tancredo Neves/José Sarney, ou mesmo 1988, quando da promulgação da Constituição Federal, dependendo da interpretação. Ao longo deste processo, participaram agentes diversos, tanto componentes dos governos militares quanto de grupos oposicionistas, que tentaram implementar seus projetos de abertura e os viram sendo condicionados por fatores internos e externos ao regime, como os resultados das eleições de 1974 ou o choque petrolífero de 1973 promovido pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Entre estes agentes e fatores condicionantes, se estabeleceu uma relação dialética cujo resultado diz respeito exatamente a questões como o ritmo e o caráter da nossa transição.

Quanto a esta relação, é paradigmática a chave interpretativa a nós fornecida por Maria Helena Moreira Alves, autora de *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. De acordo com ela, “no relacionamento dialético com um movimento de oposição que não podia destruir e cujas relações com o Estado alteravam-se continuamente, o Estado de Segurança Nacional via-se constantemente forçado a incorporar algumas das exigências dos setores de oposição”⁴⁴. A partir desta análise, ela afirma que o período de 21 anos pelo qual se prolongou

⁴⁴ MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989, p.319.

o regime ditatorial possui uma dinâmica de alternância entre ciclos de endurecimento da repressão e ciclos de liberalização, que tinha como objetivo final a busca por legitimação política, algo significativo para um sistema ditatorial que foi implementado com o uso de uma linguagem democrática, estruturada por argumentos que compunham a Doutrina de Segurança Nacional, como a necessidade de “neutralização do inimigo interno”. Desta insólita combinação, do discurso democrático com a prática repressiva - não observada nas experiências históricas das ditaduras argentina, chilena e uruguaia por exemplo - derivou-se a necessidade de conciliar o regime ditatorial com um quadro institucional aparentemente funcional, mas em boa medida contido para que as coisas não saíssem do controle dos perpetradores do Golpe. A institucionalidade em funcionamento aparente tingia o regime de tons democráticos para uma parcela das comunidades nacional e internacional. O não fechamento do Supremo Tribunal Federal é emblemático neste sentido. É claro que essa tática não funcionou absolutamente e denúncias ao caráter ditatorial do regime e às violações dos direitos humanos por ele cometidas começaram a ser feitas já na década de 1960.

Reduzindo nossa escala de análise, é possível afirmar que tal dinâmica de alternância entre ciclos de endurecimento e liberalização também regeu o processo transicional, que tem início já no governo de Ernesto Geisel. Analisando este jogo político, alguns autores parecem ser mais otimistas quanto à capacidade que a oposição teve de intervir nele, e tendem, portanto, a enxergar na transição um maior potencial de ruptura com o “entulho autoritário” da ditadura⁴⁵; outros, mais céticos, vêem nessa relação um nível de controle muito maior por parte das Forças Armadas e de frações da burguesia, que, desde o Golpe até o fim do regime, agiram no sentido de defender seus interesses, o que explicaria o quanto da ditadura pós-64 permanece em nosso cotidiano ou, em outras palavras, o caráter contrarrevolucionário da transição, na acepção desse termo usada por Florestan Fernandes⁴⁶. Sobre esta questão do caráter da transição, discorrerei mais adiante. Agora, a primeira pergunta que se impõe é: quais os principais agentes desta peça? De acordo com o historiador da UFRJ Francisco Carlos Teixeira da Silva,

“tais são os atores principais e seus condicionantes a serem considerados na reconstrução do cenário da redemocratização no Brasil: a pressão externa e os

⁴⁵ Um possível exemplo deste tipo de leitura se encontra em TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In. DELGADO, Lucila de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura (regime militar e movimentos sociais em fins do século XX)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.243-283.

⁴⁶ São emblemáticos desta perspectiva o texto SAES, Décio. A questão da “transição” do regime militar à democracia. In _____ . **República do capital. Capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001. e FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980, p.113-131.

condicionantes da economia mundial, na qual o Brasil já se inseria de forma determinante e definitiva; os militares e seus condicionantes institucionais, compreendidos como a corporação e seus organismos e, por fim, a oposição representada pelo MDB e seus condicionantes inscritos na cultura política envolvente”⁴⁷.

Comecemos então com pressão exercida pelos atores e condicionantes externos: quanto a isso, é necessário tecer algumas considerações sobre a política externa estadunidense e dois grandes eventos que afetaram diretamente a saúde do regime por contribuírem para a derrocada do “milagre econômico”: o choque petrolífero de 1973 e a crise da dívida externa de 1982. Desde a eleição de Jimmy Carter, em 1977, os EUA promoveram uma virada em sua diplomacia voltada para o continente latino-americano cujo cerne consistiu em fornecer apoio às oposições dos regimes ditatoriais que eles próprios haviam ajudado a colocar no poder, postulando críticas aos “partidos oficiais”, à “excessiva intromissão do Estado na economia” e à censura à liberdade expressão. O pretexto do qual lançaram mão foi o da defesa dos direitos humanos e do Estado democrático de Direito, embora essas questões não tenham sido motivo de preocupação anteriormente, nas décadas de 1960 e 1970. Dentre as motivações reais que figuravam por trás desta mudança de estratégia, podem ser destacadas (*i*) a recuperação do prestígio internacional após o escândalo de Watergate e a derrota na Guerra do Vietnã, (*ii*) a desestabilização de regimes que tivessem adotado modelos de desenvolvimento econômico nacionalistas e que, dessa forma, se contrapusessem aos interesses estadunidenses naquele bloco histórico marcado pela consolidação neoliberal e, com isso, (*iii*) a construção de uma conjuntura internacional mais favorável à disputa por hegemonia travada com a União Soviética⁴⁸. Independente da real razão pela qual foi promovida esta mudança de estratégia, o fato é que ela abriu espaço, em alguma medida, para a atuação de opositores, desde que, claro, eles não impusessem demandas consideradas demasiadamente radicais pelo Tio Sam. Por outro lado, caso a política econômica fosse favorável aos interesses estadunidenses, a violação dos direitos humanos se tornava tolerável, vide o caso chileno, conhecido por conciliar o receituário neoliberal com repressão brutal.

Obviamente, tal política não foi bem recebida por quem estava à frente do regime, Quanto a isso, Teixeira da Silva afirma que

⁴⁷ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In. DELGADO, Lucila de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura (regime militar e movimentos sociais em fins do século XX)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, op. cit., p.249.

⁴⁸ Idem, p.251;

“nesta fase, Geisel, imbuído do nacionalismo militar, e cioso dos preceitos de soberania nacional, enfrentou claramente os Estados Unidos, com suas pretensões de reorganizar a hegemonia mundial pós-Vietnã. Sem dúvida, as medidas mais irritantes de Geisel para com os americanos, em especial o Acordo Nuclear com a Alemanha, e o desprezo por seus preceitos de política externa - reconhecimento da China Popular, de Angola e Moçambique, condenação de Israel na ONU - ajudaram os americanos a apoiar a oposição interna no país”⁴⁹.

No entanto, esta virada na diplomacia estadunidense não é o único condicionante externo da nossa equação. Somam-se a ele os efeitos do choque petrolífero de 1973 e da crise da dívida de 1982 na economia brasileira. Durante o período de vigência da ditadura, uma das principais formas de legitimação do regime se deu através da propaganda com base nos indicadores econômicos positivos, mesmo que eles não fossem acompanhados por equidade social e, na verdade, tenham resultado em concentração de renda. Era a tal “legitimação por eficácia”, como dizia Roberto Campos, ministro do Planejamento de Castelo Branco. Entre 1968 e 1973, foi o período em que as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) alcançaram os níveis mais altos, chegando à casa dos dois dígitos a partir de uma política nacional-desenvolvimentista condicionada por arrocho salarial e repressão sindical, bem como composta pelo investimento estatal em setores-chave, como o da construção civil e de eletrodomésticos, sem falar na desvalorização cambial, que provocou uma explosão das exportações⁵⁰. Uma resposta, junto com o AI-5, à escalada de tensão provocada pelas manifestações estudantis e operárias explodindo pelo país, bem como à formação da Frente Ampla composta por Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitschek.

Ao fim deste período, contudo, os tecnocratas do regime viram-se encurralados por uma crise inflacionária devoradora e pelo crescimento exponencial da dívida externa, que, de 1973 a 1978, mais que triplicou⁵¹. Era o início da derrocada do “milagre econômico”, por sua vez relacionada a uma desestabilização da economia internacional; alguns de seus principais fatores teriam sido o choque do petróleo de 1973 e a crise da dívida da década de 1980, “cuja origem é decorrência do aumento nas taxas de juros imposto pelos EUA”⁵². Como uma das condições de possibilidade do crescimento brasileiro havia sido a abundância de capitais no

⁴⁹ *Ibid.*. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In. DELGADO, Lucila de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura (regime militar e movimentos sociais em fins do século XX)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.252.

⁵⁰ EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagre” econômico brasileiro: crescimento acelerado, integração nacional e concentração de renda (1967-1973). In. DELGADO, Lucila de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura (regime militar e movimentos sociais em fins do século XX)**. Op. Cit., p.222-228.

⁵¹ Na década de 1980, o não pagamento dessa dívida externa cuja origem reside no “milagre” seria uma das principais reivindicações dos movimentos sociais.

⁵² DOS SANTOS, Theotonio. América Latina: Democratização e Ajuste Estrutural. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n.5, julho de 1996, p.35.

mercado internacional, os efeitos dessa crise foram vastos, levando economias como a argentina, a uruguaia e a brasileira à beira do colapso. Além disso, eles alcançaram também o âmbito da política, com o enfraquecimento da aliança burguesa que se encontrava na base de sustentação do regime a partir do momento que os interesses de algumas frações dessa classe deixaram de ser atendidos⁵³. Compreende-se, assim, a oposição que algumas associações empresariais passaram a empreender contra a Ditadura a partir de meados da década de 1970, quando a crise começa a se agudizar.

Obviamente, a derrocada do “milagre” não é compreensível se olharmos somente para condicionantes externos, sendo a luta de classes nacional fundamental também para essa explicação. Como foi dito, a repressão aos movimentos sindical e estudantil criou condições para que o projeto econômico da Ditadura fosse viável, se sustentando, por exemplo, no arrocho salarial e na *superexploração* imposta aos trabalhadores. Uma das principais características do momento tratado aqui é precisamente a intensificação da organização da classe trabalhadora nos seus sindicatos - vide as greves de 1979 em Pernambuco e São Paulo - e o crescimento da ação de movimentos como o Movimento Contra a Carestia; o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Constituiu-se, dessa forma, um campo que tornou as condições materiais de viabilização das políticas econômica e social implementadas pela Ditadura menos favoráveis e, além disso, acelerou o ritmo da abertura que havia sido iniciada pelo próprio governo ditatorial sob o lema da transição “lenta, gradual e segura”, como trataremos agora.

Nós observamos dois grandes pólos em torno dos quais atuaram os protagonistas da disputa pela transição. O primeiro deles é o polo militar e, mais especificamente, os herdeiros da chamada linha “castelista”, cujos principais personagens por um bom tempo foram Geisel e Golbery: o próprio projeto de abertura do regime passou a ser referido por muitos como Projeto Geisel-Golbery. Do outro lado, havia a oposição que orbitava, num primeiro momento, em torno do MDB, especialmente após os resultados das eleições de 1974, a partir das quais o “partido de oposição oficial” passou aos poucos a se transformar num “partido de oposição real”, fruto de uma mudança estratégica da luta contra o regime e de novos espaços de crítica que surgiam em decorrência da distensão⁵⁴. No decorrer do processo, o número de atores envolvidos nessa trama cresceu: instituições como a Conferência Nacional dos Bispos

⁵³ MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, *op. cit.*, p.221.

⁵⁴ Conforme Ozias Paese Neves, essa mudança de estratégia da oposição se dá em termos de um paulatino esvaziamento da luta pela Revolução Brasileira em prol de uma cultura política de “viés democrático”. OP, Neves. A trajetória dos primeiros embates do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte - MPPC (1985-1988): afetos e temores na “transição política”. **Revista Diálogos**, Maringá, v.23, n.3, 2019, p.179.

do Brasil (CNBB) ou a Associação Brasileira de Imprensa (ABI); os novos partidos políticos, fundados após a reforma de 1979, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) ou o Partido da Frente Liberal (PFL); União Democrática Ruralista (UDR), União Brasileira de Empresários (UBE), Confederação Nacional das Indústrias (CNI), além de toda uma gama de movimentos sociais, sindicatos e Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) são alguns exemplos dentre muitos. Embora tal diversificação não deva ser vista como sinônimo de popularização da tomada de decisões em absoluto, todos esses grupos procuraram defender seus projetos e influir nos momentos-chave do processo transicional. São alguns deles: a revogação do AI-5 (1978), a aprovação da Lei da Anistia (1979), a campanha das Diretas Já! (1983-1884), a eleição da chapa Tancredo Neves/José Sarney (1985) e a mobilização em torno do processo constituinte (1985-1988).

Após as frustrações advindas da derrota na luta pelas eleições diretas para presidente e da tomada de posse de José Sarney, um notório herdeiro político da ditadura, a campanha pela participação popular na constituinte se tornou um dos principais focos de atenção deste período, com todos os grupos acima citados atuando nela. Reflexo do nível de organização dos entes sociais e da correlação de forças daquele momento histórico, a Constituição Federal de 1988 deveria vir para substituir a de 1967, que consistia na representação jurídica do regime ditatorial, com todos os seus “entulhos autoritários”, como se dizia. Na forma como se petrificou no senso comum, ela seria a “última pá de cal” lançada sobre o passado autoritário brasileiro, uma memória mobilizada a partir da necessidade de consolidação da Nova República. Contudo, como almejo deixar claro aqui, se nos atentamos para os meandros do processo constituinte, chegamos à conclusão de que este marco da vida política nacional foi também repleto de permanências com relação ao passado por ele supostamente sepultado.

É verdade que as reivindicações pela convocação de uma constituinte remetem já à década de 1970, mas, na conjuntura que toma forma a partir de 1980, elas se expandem para setores da sociedade que antes não tinham a produção legislativa no centro de seus debates, o que é explicável pela descrença na institucionalidade derivada de seu esvaziamento próprio dos anos de chumbo⁵⁵. Como a convocação da ANC foi uma das principais promessas de campanha da chapa Tancredo/Sarney, logo após a tomada de posse do político maranhense, grupos que compunham o Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte (MPPC) deram início aos seus trabalhos, exigindo que a ANC fosse de fato convocada. Por sua vez, as estratégias e objetivos desses grupos foram se transformando conforme avançavam as etapas

⁵⁵ *Ibid.* A trajetória dos primeiros embates do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte - MPPC (1985-1988): afetos e temores na “transição política”. **Revista Diálogos**, Maringá, v.23, n.3, 2019, p.180.

do processo, que se estende de 1985 a 1988. Conforme Ozias Paese Neves, que investigou a trajetória do MPPC,

“até 1985 a pauta era a demanda por uma nova Constituinte. Consolidada essa meta, a pauta passou a ser o tipo de Constituinte que haveria até que, em novembro de 1985, viesse a emenda de convocação. A partir daí, a preocupação era trazer o tema da ANC para a população em geral e a votação que concorria com a eleição dos governadores, tema muito mais concreto e conhecido do eleitorado. A seguir, em 1987 e 1988 foram realizadas as coletas de assinaturas e o constante acompanhamento junto aos parlamentares”⁵⁶.

Data de 28 de junho de 1985 a mensagem encaminhada por Sarney ao Congresso Nacional na qual era proposta uma emenda constitucional para que fosse convocada a Assembléia Nacional Constituinte. A aprovação só viria em novembro do mesmo ano, junto com a deliberação acerca de uma questão que talvez fosse a mais debatida até então: qual seria a natureza da ANC? De acordo com Michele Buttò,

“nos anos antecedentes à instalação da ANC, houve um grande debate na sociedade brasileira sobre a escolha dos constituintes. Havia dois pontos em disputa, o primeiro defendia a ideia de atribuir os poderes constituintes para o Congresso, o segundo reclamava a necessidade de um órgão independente e não necessariamente ligado à estrutura partidária”⁵⁷.

O presidente Sarney representava o grupo que defendia uma constituinte congressual, que fosse composta pelos deputados federais e senadores eleitos ao fim de 1986, além dos senadores biônicos de 1982⁵⁸. Assim, os debates e deliberações aconteceriam simultaneamente ao funcionamento do Congresso, e, ao fim do processo constituinte, os políticos dariam seguimento aos seus mandatos. Esta, afinal, foi a alternativa escolhida e determinada na Emenda de número 26, responsável pela convocação da ANC. O outro grupo, composto pelo PT, PDT, CNBB, OAB, dentre outros, defendia que deveria ser eleito um órgão exclusivo, formado por representantes de entidades classistas, cuja única função seria redigir o texto constitucional, que, por sua vez, deveria ser apreciado em um plebiscito nacional ao fim. Após o término dos trabalhos constitucionais, esse grupo seria dissolvido.

Logo após essa questão ser definida pelo Congresso, a ACR dá início à sua atuação na campanha pela participação popular na constituinte, num momento em que a principal preocupação era levar a temática - que não era tão concreta ou próxima da realidade das

⁵⁶ *Ibid.* P.185.

⁵⁷ BUTTÒ, Michele. **Mecanismos Deliberativos na Assembleia Nacional Constituinte: A polarização simbólica da reforma agrária**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2009.

⁵⁸ A participação dos senadores eleitos em 1982 foi outro ponto que gerou muita discussão, pois a eles não haviam sido concedidos poderes constituintes, o que significa que sua atuação na assembleia seria ilegítima.

pessoas quanto à das eleições para governo que aconteceriam em 1986, por exemplo - para sua base, tratando de questões como sua função, sua composição ou seus precedentes históricos. Na esteira do que afirmei anteriormente acerca do cotidiano da ACR, esse trabalho foi desenvolvido através da realização de encontros e assembleias, além das publicações no *Grito no Nordeste*. Na capa do número 88, em letras garrafais, se encontra o título da matéria da página central, “Os trabalhadores rurais e a Constituinte”, escrito sobre uma foto de uma manifestação social em cujo canto inferior esquerdo consta a seguinte afirmação: “a Constituinte é um momento importante para todo povo brasileiro, em especial para as aspirações do homem do campo”. Na mesma edição, há um quadro com um diálogo fictício entre 5 jovens trabalhadores rurais que tratam dos desafios da juventude do campo naquela conjuntura; aí já observamos o questionamento da forma como seria composta a ANC. Após uma das personagens perguntar a seus amigos o que eles sabiam sobre a constituinte, um deles responde que “já tá certo que a Constituição não vai ser feita mesmo pelo povo, né? Não vai ter participação ativa, direta. Vai ser feita pelos grandes que estão aí: os latifundiários, industriais, banqueiros...”, ao que outro dos jovens complementa: “ao meu ver, seria o momento da gente ter participação na Constituinte através dos órgãos de classe, entidades, Igreja...”⁵⁹. Já nessa primeira abordagem da temática, deixa-se clara a posição do movimento com relação à questão da composição: defesa de uma assembleia não congressual, para a qual pudesse se candidatar qualquer cidadão brasileiro.

Esta estratégia comunicativa de produção de diálogos fictícios e ilustrados, algumas vezes em formato de quadrinhos, foi muito utilizada ao longo da história do *Grito*. Dessa forma, eram discutidas questões caras ao movimento e que faziam parte das pautas das reuniões, encontros e assembleias através de uma linguagem propícia à leitura oral. Normalmente, o ponto de partida dessas conversas eram perguntas motoras que faziam referência às discussões de edições passadas do boletim, de forma que os leitores passassem por uma espécie de formação em que ficasse clara a relação das pautas discutidas. No caso deste diálogo, percebe-se uma leitura negativa da forma como seria composta a ANC, pois ela contribuiria para a exclusão da classe trabalhadora do processo. Entretanto, a partir deste diagnóstico, os personagens chegam à conclusão de que seria fundamental organizarem-se com a finalidade de pressionar os parlamentares, o que denota uma postura de ação do movimento frente àquela conjuntura, e não de imobilismo. Além disso, já aparece de forma breve neste quadro a discussão da reforma agrária na constituinte, que seria um dos

⁵⁹ *Grito no Nordeste*, N°88, janeiro/fevereiro de 1986, p.4. Documento disponível na Caixa Grito no Nordeste, do Fundo Ação Católica Rural, do Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais (NUDOC/UFPE).

pontos-chave para a classe trabalhadora do campo, e consequentemente para a ACR, ao longo da campanha, especialmente após resultados péssimos do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) implementado por Sarney já no primeiro ano de seu governo.

Nesse começo de 1986, teve início também os planejamentos de atividades como encontros estaduais e a Assembleia Geral, em que a constituinte figurou enquanto eixo central, sendo atravessado por uma gama de questões. Entre os dias 17 e 20 de julho daquele ano, foi realizado o V Encontro de Jovens Rurais do Nordeste, no Seminário de Camaragibe-PE, cujo tema foi “Os Jovens Rurais e sua Participação na Constituição-Constituinte”. Cerca de 60 jovens oriundos de 7 estados do Nordeste participaram da atividade na qual - conforme um breve relatório presente no número 92 do *Grito* - promoveu-se uma formação sobre a história das constituições brasileiras que serviu de ponto de partida para a discussão acerca da forma como a constituinte estava sendo abordada nas localidades de origem de cada um. Ao fim, foram levantadas e debatidas propostas relativas à Constituição em cima das quais se elaborou um documento dividido em diferentes áreas, como educação, terra, comunicação, dentre outras. Com relação à distribuição da terra, por exemplo, defendeu-se “a Reforma Agrária justa e imediata, que atenda as necessidades dos trabalhadores e ofereça as condições necessárias para fazer a terra produzir; desapropriação por interesse social de todo latifúndio; e garantia do cumprimento da lei que limita a apropriação de terras”⁶⁰. Esse documento foi distribuído entre entidades, movimentos e os próprios constituintes.

Alguns meses passados, promoveu-se a XX Assembleia Geral da ACR, com o tema “A Constituição que Nós Trabalhadores Queremos Fazer”, na cidade de Olinda-PE. Como era de praxe, a atividade foi dividida em dois momentos, dos quais o primeiro foi destinado a discussões sobre a situação da economia-política de cada estado e de sua relação com a conjuntura nacional e com a fé pautada em preceitos do Cristianismo da Libertação. O ponto de partida consistiu na leitura de mapas, aos quais os membros de cada unidade federativa deveriam adicionar o que cada território produzia mais, suas principais correntes políticas e partidos, seus candidatos e programas, dentre outras coisas. No segundo momento da Assembleia, foram divididas comissões responsáveis por diferentes tarefas, dentre elas, a elaboração de um documento com propostas constitucionais baseadas nos debates realizados naquela ocasião, assim como nas respostas aos questionários distribuídos na etapa de

⁶⁰ *Grito no Nordeste*, N° 92, setembro/outubro de 1986, p.4. Documento disponível na Caixa Grito no Nordeste, do Fundo Ação Católica Rural, do Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais (NUDOC/UFPE).

preparação da atividade. Segue uma parte do documento em que constam as propostas referentes ao uso da terra⁶¹:

PROPOSTAS PARA A NOVA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA
(Aprovadas na XX Assembléia Geral da ACR)



TERRA

- Reforma Agrária justa, massiva e imediata, com a participação e sob o controle dos trabalhadores rurais, representados por suas organizações e entidades.
- Que seja proibida a venda de terra de Reforma Agrária.
- Que seja garantido ao trabalhador rural financiamento a juros baixos e com prazo longo.
- Que seja criada a justiça agrária com sede no campo.
- Que a desapropriação dos latifúndios seja o instrumento principal para a execução da Reforma Agrária e que a indenização seja feita através de Título da Dívida Agrária, resgatáveis em vinte anos.
- Que o limite máximo da propriedade rural seja de cinco módulos rurais, de acordo com a Região.
- Que as terras indígenas sejam demarcadas, de acordo com as necessidades e interesses dos índios, e que seja proibida a exploração do subsolo nas reservas indígenas por empresas.
- Que as empresas multinacionais não possam ser proprietárias de terras no Brasil.
- Que sejam extintas todas as formas de colonização.
- Que a exploração do subsolo seja monopólio estatal e que os municípios fiquem com pelo menos, 50% dos recursos vindos dessa exploração.
- Terra para quem nela vive e trabalha.
- Que seja proibida a venda e a troca (por outros objetos) da terra de Reforma Agrária.
- Que sejam confiscadas todas as terras griladas.
- Que seja proibido o uso de agrotóxicos e o despejo de produtos químicos em mananciais de uso social.
- Que o Estado garanta a comercialização dos produtos em condições satisfatória para o trabalhador rural e preços mínimos justos para os produtos agrícolas e armazenamento.

Com relação ao que havia sido proposto na ocasião do V Encontro de Jovens Rurais, percebemos um nível de concretude maior nesse documento. Já aparecem aí reivindicações como as da proibição da venda da terra de reforma agrária, da demarcação das terras dos indígenas de acordo com seus interesses e necessidades, da garantia, por parte do Estado, de preços acessíveis dos produtos agrícolas, dentre outras. Vários desses pontos compunham o projeto de reforma agrária trabalhado desde, ao menos, 1983 pela Campanha Nacional de Reforma Agrária (CNRA), que era construída por entidades coordenadas por órgãos como a CONTAG, CPT, Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). A CNRA se tornou uma das bases de defesa da reforma agrária na constituinte, mas ela encontraria adversários igualmente ou até mesmo mais poderosos.

⁶¹ *Grito no Nordeste*, N° 93, novembro/dezembro de 1986, p.12. Documento disponível na Caixa Grito no Nordeste, do Fundo Ação Católica Rural, do Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais (NUDOC/UFPE).

Devido ao formato congressual da ANC, outra disputa que havia se tornado duplamente estratégica foi a das eleições de 15 de novembro de 1986. Se a ACR já vinha há alguns anos dando significativa atenção à política partidária em suas atividades, nesse contexto ela passou a ser ainda mais abordada. Na edição 93 do *Grito no Nordeste*, que recebeu o título “As eleições e a Constituinte”, é feito um longo balanço daquele pleito, em que se analisa as principais correntes do PMDB, o grande vitorioso daquele ano, tendo obtido 54,4% dos votos e eleito quase todos os governadores. A pergunta que se impunha, portanto, era se seria prudente depositar confiança neste partido para que fosse representada de fato a classe trabalhadora na constituinte. Sobre isso, devido ao fato dele ser composto por diversas tendências e abrigar quadros dos mais progressistas aos mais conservadores, afirma-se que seria uma ilusão pensar que a vitória do PMDB nas eleições garantiria uma constituinte de caráter popular⁶².

É importante frisar que este trabalho de educação popular em torno da constituinte foi algo partilhado por uma série de movimentos e braços institucionais da Igreja católica. Se voltamos ao número 92 do *Grito*, encontramos nele uma coluna sobre o VI Encontro Intereclesial das CEB’s, em que estão resumidos alguns apelos que constam na carta produzida em decorrência do encontro; dentre eles estão a realização de uma romaria a Brasília com o intuito de pressionar os parlamentares ao longo da ANC; a organização de comitês populares e de uma “comissão permanente formada por representantes de todos os regionais das CEB’s para acompanhar os trabalhos do Congresso Nacional Constituinte”⁶³. Também em 1986, foi publicado pela CNBB um documento intitulado “Por uma Nova Ordem Constitucional” - fruto da XXIV Assembleia Geral da entidade - que serviu de base para as reflexões e trabalhos de vários grupos religiosos ou seculares. Neste manifesto, é feita uma denúncia da estrutura social profundamente desigual brasileira e de seu nível de dependência no cenário internacional a partir dos preceitos do Vaticano II e das conferências episcopais de Medellín (1968) e de Puebla (1979). Quanto ao sentido da Nova Constituição, afirma-se que, visando uma mudança profunda,

“é mister afirmar que a nova Constituição não deverá restringir-se à organização do Estado e de suas relações com a sociedade. Ela deverá traduzir a busca de um novo modelo de sociedade, na sua dimensão social, política, econômica, cultural e internacional. Modelo que se baseará nas exigências éticas da sociedade humana e na extensão da cidadania efetiva a todos os brasileiros e brasileiras sem exceção.

⁶² *Grito no Nordeste*, Nº 93, novembro/dezembro de 1986, p.6. Documento disponível na Caixa Grito no Nordeste, do Fundo Ação Católica Rural, do Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais (NUDOC/UFPE).

⁶³ *Grito no Nordeste*, Nº 92, setembro/outubro de 1986, p.8. Documento disponível na Caixa Grito no Nordeste, do Fundo Ação Católica Rural, do Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais (NUDOC/UFPE).

Dentro desse novo modelo, caberá a todos os cidadãos o papel de participar corresponsavelmente no empenho pelo aperfeiçoamento social e ao Estado a função de promover para o bem comum, caracterizando uma democracia orgânica e participativa”⁶⁴.

A publicação de um documento desse tipo garantia o respaldo do principal órgão da Igreja católica no Brasil à atuação de movimentos como a ACR na campanha pela participação popular na constituinte. Por outro lado, é necessário reiterar que o respaldo não significa a coesão institucional; existiam também os movimentos ligados ao catolicismo que trabalharam para limitar ao máximo o potencial de transformação do processo constituinte, é o caso da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade (TFP) que, junto à UDR, promoveu uma forte campanha contra a reforma agrária durante os trabalhos da ANC⁶⁵. No seio da Igreja católica, crítica e apologia da ordem social estabelecida: dialética.

Com a entrada de 1987, começava uma nova etapa da campanha pela participação popular. No dia 1 de fevereiro desse ano, seria instalada a ANC e a principal missão dos movimentos sociais seria a mobilização em torno dos trabalhos constitucionais em Brasília, que deveriam ser acompanhados de maneira pormenorizada. Os debates da ANC ocorreram de forma descentralizada e foram divididos em três grandes fases: produção, sistematização e ratificação. O trabalho de produção foi distribuído entre 8 comissões temáticas de 63 membros, como as de Organização do Estado; do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças; e de Ordem Econômica, dentre outras. Cada uma dessas comissões, por sua vez, foi subtraída em 3 subcomissões de 21 membros, responsáveis pela elaboração de 3 anteprojetos relativos às suas respectivas áreas. Depois, entrariam em cena a Comissão de Sistematização e o plenário. Em nosso caso, a comissão e a subcomissão que mais nos interessam são as de Ordem Econômica, e de Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária respectivamente, pois nelas se deram os debates em torno da pauta da reforma agrária.

Se no decorrer de 1985 e 1986, a forma como seria composta a ANC foi alvo de muita polêmica, nesse momento entravam em questão as normas que deveriam reger os trabalhos constituintes, ou seja, o regimento interno. Gretha Leite Maia e Letícia Fernandes de Oliveira pontuam o seguinte sobre essa questão:

“a ANC de 1987 ficou caracterizada por duelos verbais entre conservadores e progressistas, perceptíveis desde as discussões acerca do Regimento Interno, de forte valor estratégico para a consecução dos interesses de cada grupo, visto que orientaria os trabalhos da ANC, inclusive quanto à criação das comissões e à imposição de limites dentro da própria Assembleia. Um ponto positivo foi a criação da

⁶⁴ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, **Por uma Nova Ordem Constitucional**. Itaici: 1986, p.2.

⁶⁵ RIBAS, Luiz Otávio. UDR e TFP: a força bruta que enterrou a reforma agrária na constituinte de 1987. **Revista Em Debate**, Florianópolis, n.5, 2011, p.1-15.

Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e de Reforma Agrária dentro da Comissão da Ordem Econômica, avanço minimizado pelas manobras regimentais da bancada ruralista. Essa organização levou também à formação de uma maioria chamada Centrão, cujo posicionamento foi decisivo dentro das votações (SILVA, 1988, p. 46), atuando junto às Comissões por meio de impunes desrespeitos ao Regimento Interno, o que foi sentido com força e evidência principalmente quanto à Reforma Agrária”⁶⁶.

Em termos de vias de participação popular, o regimento, que tinha o senador do PMDB Fernando Henrique Cardoso como relator, representou um avanço para o MPPC, que havia enviado uma delegação com a missão de pressionar os parlamentares quanto a essa questão⁶⁷. De acordo com o artigo 24 do regimento interno, seriam possíveis três tipos de iniciativa popular: sugestões, audiências públicas e propostas de emendas populares, que deveriam levar consigo ao menos 30 mil assinaturas, o que significaria que a constituinte não seria completamente cerrada à participação popular. No entanto, devido às várias manobras regimentais operadas pelo setor conservador dos parlamentares e às interferências de Sarney, a porta pela qual entraria a voz popular na ANC acabou se estreitando. A tramitação ocorrida na comissão e na subcomissão acima referidas é emblemática deste processo.

No dia 7 de abril de 1987, aconteceu a primeira sessão da Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária, que - da mesma maneira que a Comissão de Ordem Econômica - ficaria marcada pela intensa disputa entre grupos pró-reforma agrária e representantes de entidades ruralistas, bem como pelos desrespeitos ao regimento interno. Uma das primeiras polêmicas se deu em torno da questão da suplência: de acordo com as normas, em caso de ausência de um constituinte, pelo princípio da proporcionalidade partidária, o suplente deveria ser do mesmo partido que o titular. Contudo, como veremos, isso seria desrespeitado em momentos decisivos por Edison Lobão (PFL-MA), presidente da subcomissão, que foi respaldado por um ofício emitido pelo presidente da ANC, Ulysses Guimarães (PMDB-SP). Soma-se a isso o fato de os conservadores suscitarem a possibilidade de uma emenda substitutiva integral após o relator Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) ter apresentado um anteprojeto relativamente avançado, o que não poderia acontecer de acordo com o regimento interno. Apesar disso, não só a tal emenda, que ficou conhecida como Rosa Prata, foi votada como passou na frente do anteprojeto Oswaldo Lima Filho, mesmo este

⁶⁶ GOMES DA SILVA, José. Buraco negro: a Reforma Agrária na Constituinte de 1987-88. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.46 .apud MAIA, Gretha Leite; OLIVEIRA, Letícia Fernandes de. Três décadas depois: a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e o debate (inconcluso) da reforma agrária no Brasil. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, vol. 13, n.2, 2017, p.50.

⁶⁷ OP, Neves. A trajetória dos primeiros embates do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte - MPPC (1985-1988): afetos e temores na “transição política”. **Revista Diálogos**, Maringá, v.23, n.3, op. cit., p.191.

tendo prioridade na votação⁶⁸. O clima das sessões era de extrema truculência, com a UDR tendo se tornado um agente decisivo do processo por se encarregar pela parte suja do trabalho; de acordo com Luiz Otávio Ribas, “durante o intervalo das sessões alguns deputados foram ameaçados de morte, houve tentativas de suborno, objetos foram arremessados contra deputados, muitas pessoas entraram armadas na galeria, apesar da ordem do presidente. Membros da UDR nas galerias lançavam objetos contra os deputados”⁶⁹.

Outro episódio minimamente suspeito da subcomissão ficou conhecido como o “cadê o Benedicto?”. Na ocasião da votação da emenda Rosa Prata, o deputado paraense do PMDB Benedicto Monteiro desapareceu, tendo sido encontrado na cidade Belém-PA horas depois sem uma explicação convincente para o acontecido. As especulações foram várias, com pessoas falando em sequestro, suborno ou simples problemas de saúde, mas o fato é que, por determinação de Edison Lobão, um suplente do PL ocupou a vaga do desaparecido durante a maior parte da sessão, o que fez o projeto substitutivo ser aprovado por um voto de vantagem. Embora os progressistas tenham conseguido alterar alguns pontos do Rosa Prata após o retorno de Benedicto Monteiro, o projeto ainda tornava a reforma agrária quase inexequível, de forma que sobraria para as comissões de Ordem Econômica e de Sistematização o encargo de reverter o cenário desanimador para a classe trabalhadora do campo.

Enquanto isso, os movimentos sociais do campo acompanhavam os trâmites e traçavam estratégias para influir na tomada de decisões da ANC, concentrando seus esforços na produção de emendas populares e na arrecadação de assinaturas. Nos números 96 e 97 do *Grito no Nordeste*, nos deparamos com a perspectiva da ACR acerca desses acontecimentos, que são abordados por dois personagens fictícios num formato de quadrinho. Vejamos:

⁶⁸ Na emenda Rosa Prata, a função social da terra era tratada meramente como uma recomendação, era eliminada a área máxima da propriedade fundiária, sem falar que era cortada a exigência da simultaneidade dos quatro pré-requisitos para reconhecimento da função social. Assim, se um desses pré-requisitos fosse cumprido, ela já seria reconhecida.

⁶⁹ RIBAS, Luiz Otávio. **UDR e TFP: a força bruta que enterrou a reforma agrária na constituinte de 1987.** Revista Em Debate, Florianópolis, n.5, op. cit., p.6.

CONVERSANDO SOBRE A UDR

- Mas comadre Tonho, você perdeu a reunião de ontem! Foi tão boal!



- Mas homem, tu precisava ter visto! Foi uma discussão danada sobre essa tal de UDR. A maior confusão. Uns atacavam; outros defendiam... Eu mesma sempre pensei que a UDR é coisa ruim, mas agora não entendo mais nada!



- Pois eu que não tava na reunião, tó entendendo direitinho, comadre! Essa UDR é a besta fera que veio pra atazar a vida do trabalhador rural. E você tem razão: ela é tão ruim que até tá confundindo a cabeça do trabalhador. Preste atenção que eu vou explicar.



- Foi mesmo, comadre Chiquinha? E vocês falaram do que?



Prá começo de conversa, não é só você, comadre Chiquinha, que tá atrapalhada com esse negócio. Tem muitos trabalhadores por aí a fora que já não estão mais entendendo o que é a UDR. É realmente difícil de entender pois ela se apresenta com duas caras, e isso principalmente para confundir a mente dos trabalhadores, dos pequenos produtores. Precisamos fazer um esforço para descobrir qual é a verdadeira cara da UDR. Para isto, é bom lembrar sempre:

QUEM É A UDR? PARA QUE ELA FOI CRIADA?

UDR quer dizer: União Democrática Ruralista. É composta por grandes latifundiários: fazendeiros, usineiros e donos de engenhos. A UDR está presente em 16 estados do Brasil; é uma organização milionária que se mantém com o dinheiro arrecadado em grandes leilões de bois que são doados pelos próprios fazendeiros.

A UDR foi criada em junho de 1985, quando o povo brasileiro vivia os primeiros meses de grande euforia da "Nova República". Os trabalhadores rurais, entre outras coisas, esperaram a realização da Reforma Agrária. Alimentados por essa esperança, e pressionados pela fome e pela situação cada vez mais difícil, os trabalhadores

entraram com mais força na luta pela terra. Começaram a pipocar as ocupações de terra e os acampamentos.

Foi nesse momento ai que surgiu a UDR, com toda a sua imponência e com o firme propósito de barrar, a todo custo, o Plano Nacional de Reforma Agrária. O seu principal objetivo é impedir que a Reforma Agrária aconteça. Para isto, a UDR tem se utilizado de todos os recursos, sobretudo a violência armada. Neste sentido, uma boa parte do dinheiro arrecadado nos leilões de gado, é utilizado para comprar armas, contratar jagunços e pistoleiros que vêm ameaçando, perseguindo e matando lavradores e pessoas que apoiam a luta pela terra.

UDR - O LOBO VESTIDO DE CORDEIRO

- Você não se lembra, comadre, daquele boato que andaram espalhando por aí, de que o governo ia tomar a terra do povo? Então, aquilo foi coisa da UDR tentando jogar os pequenos proprietários contra a Reforma Agrária. No Maranhão por exemplo, ela tá fazendo uma campanha entre os pequenos produtores para eles se filarem à UDR pra defender suas terras. Na prática, isso faz parte da campanha que eles vêm fazendo contra a Reforma Agrária.



- Ah! Comadre Tonho! Agora eu tó entendendo. Quer dizer que todos os discursos bonitos que a UDR tá fazendo, é tudo conversa fiada pra enrolar a gente, né?

- Pois é comadre Chiquinha! Os caras da UDR são muito espertos! Bem, comadre, eu vou parando por aqui, porque sei que você já tá cansada de me escutar, mas antes eu queria dizer só mais uma coisinha que é muito séria: a UDR tá também lá em Brasília pressionando os Constituintes, prá eles ficarem contra a Reforma Agrária. Não é um perigo isso, comadre?



- E como é, comadre! Tá, gostei dessa nossa conversa! Agora dê licença comadre, que eu vou correndo conversar com os nossos companheiros prá eles também saberem que a UDR é como um LOBO VESTIDO DE CORDEIRO e que a gente não pode ir na onda dela, porque só traz prejuízo pros pequenos.



PARA REFLETIR NOS GRUPOS

1. Como é, pessoal, a gente entendeu direitinho a conversa de comadre Chiquinha e comadre Tonho? E agora, o que a gente pensa da UDR?
2. Como a gente pode ajudar os outros companheiros a não se deixar enganar pelo discurso bonito da UDR?

CONSTITUINTE AS BRIGAS SOBRE A REFORMA AGRÁRIA



No primeiro quadrinho, presente na página 10 do número 96, constatamos que a UDR estava no satélite da ACR, que alerta para o fato daquela trabalhar contra a reforma agrária e mesmo assim se dizer defensora dos interesses dos pequenos proprietários rurais. Existe a preocupação também em revelar a forma de financiamento da organização, que viria de leilões de gado doado pelos grandes fazendeiros, assim como seu investimento na violência armada, muito empregada pela UDR na constituinte, fato para o qual o “comadre Tonho” chama atenção em sua última fala⁷⁰. Na página 12 do número 97, não só a UDR volta a ser tópico de conversa entre os personagens Tonho e Chiquinha, como também o sumiço de Benedicto Monteiro na constituinte e suas implicações para o debate da reforma agrária.

O mesmo padrão, caracterizado por avanços e retrocessos com estes se sobressaindo ao fim, observado nos trabalhos da Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária, regeu as comissões de Ordem Econômica e Sistematização. Os constituintes progressistas conquistaram algumas vitórias que depois foram ou totalmente ou parcialmente neutralizadas pelo centrão, de forma que “o texto que resultou dos trabalhos da Comissão [de Ordem Econômica] tinha caráter conservador, superando nessa característica inclusive o substitutivo Rosa Prata, e tornaria impossível a Reforma Agrária no Brasil caso, de fato, compusesse o texto constitucional”, afirmam Gretha Leite Maria e Letícia Fernandes de Oliveira⁷¹. Após mais um conjunto de entreveros na Comissão de Sistematização, o resultado também não foi animador, o que fez as mesmas autoras acima citadas afirmarem que

“no que concerne à Reforma Agrária, é possível mesmo afirmar um retrocesso em comparação à Constituição que vigeu no período militar, ainda protegendo o latifúndio produtivo, exigindo o burocrático pagamento prévio da indenização na desapropriação por interesse social, tornando consideravelmente mais distante no tempo a imissão da posse e recheando os dispositivos de termos vagos para dificultar a sua efetivação”⁷².

Conforme o professor e pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco Luiz Vicente Vieira, uma das formas de se compreender uma constituição e, por extensão, o próprio processo constituinte é enquanto “decisão do sujeito constituinte, portanto dos povos destes países, por uma determinada forma de existência política”⁷³. Partindo desta concepção,

⁷⁰ *Grito no Nordeste*, Nº96, maio/junho de 1987, p.10. Documento disponível na Caixa Grito no Nordeste, do Fundo Ação Católica Rural, do Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais (NUDOC/UFPE).

⁷¹ MAIA, Gretha Leite; OLIVEIRA, Letícia Fernandes de. **Três décadas depois: a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e o debate (inconcluso) da reforma agrária no Brasil**. Revista Brasileira de Direito, Passo Fundo, vol. 13, n.2, *op. cit.*, p.55.

⁷² *Ibid.* **Três décadas depois: a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e o debate (inconcluso) da reforma agrária no Brasil**. Revista Brasileira de Direito, Passo Fundo, vol. 13, n.2, 2017, p.59.

⁷³ VIEIRA, Luiz Vicente. Fundamentos conceituais e etapas de análise dos Processos constituintes. In. VIEIRA, Luiz Vicente (coordenador). **Processos Constituintes na América Latina: A Decisão por uma Nova Forma de Existência Política**. Recife: Editora Universitária - UFPE, 2013, p.15.

e fazendo a ressalva de quem protagonizou o processo constituinte de 1987 não foram os “povos do Brasil”, podemos dizer que, pela maneira como foi conduzido o debate em torno da reforma agrária, a forma de existência política que foi escolhida para o meio rural foi a do latifúndio, o que não representa uma novidade na história do nosso país, onde há mais de quinhentos anos alguns matam milhões a bala, fome e sede por cada palmo de terra.

5. Conclusão

Por fim, a questão fundamental que se impõe é: o que é possível inferir com relação à transição brasileira, de forma geral, e ao processo constituinte, de forma específica, a partir do que foi tratado aqui? Ora, a área de estudos da transitologia não é exatamente incipiente, e já se acumulam alguns esforços investigativos em torno da questão do caráter do nosso processo transicional. Ainda mais agora, num momento em que acabamos de sobreviver a um governo de tendências fascizantes no Brasil - sem mencionar outros casos, como o de Milei na Argentina e de Trump, que ameaça retornar ao poder nos EUA -, perguntas como *o que resta da ditadura?* e *o que resta da transição?* parecem ser mais pertinentes e necessárias que nunca. Via de regra, a maioria dos trabalhos que buscam respondê-las converge em um ponto: nossa transição foi pactuada ou negociada e teve, ao longo de todas as etapas de seu processo, o espectro militar pairando sobre si, sempre reiterando suas condições, como a não responsabilização dos perpetradores dos crimes da ditadura ou o não rompimento radical com a ordem econômica estabelecida. Neste sentido, nos diferenciamos de experiências como a argentina ou a grega, vistas como um bicho papão pelos dirigentes do regime empresarial-militar por terem mandado ao cárcere seus algozes, e nos assemelhamos ao caso espanhol⁷⁴.

É representativa desta perspectiva a seguinte afirmação de Adriano Codato:

“três aspectos devem ser destacados nesse longo período. Primeiro, o processo de ‘distensão política’, depois chamado “política de abertura” e, por fim, “transição política”, foi iniciado pelos militares, e não por pressão da “sociedade civil”, ainda que ela tenha influído, de maneira decisiva, menos no curso e mais no ritmo dos acontecimentos. Segundo, esse processo teve sua natureza, andamento e objetivos determinados também pelos militares ou, mais exatamente, por uma de suas muitas correntes político-ideológicas. Por fim, ele correspondeu à necessidade dos próprios militares resolverem problemas internos à corporação, e não a uma súbita conversão democrática de parte do oficialato”⁷⁵.

Na mesma esteira seguem Donald Share e Scott Mainwaring, que realizaram um estudo comparativo dos casos brasileiro e espanhol e defenderam que

“nos dois países a Reforma Agrária foi excluída da agenda e nenhuma das duas transições foi acompanhada por qualquer tentativa radical de distribuição de renda ou de alteração significativa do modelo de desenvolvimento. Isto ficou

⁷⁴ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In. DELGADO, Lucila de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura (regime militar e movimentos sociais em fins do século XX)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, op. cit., p.271-272.

⁷⁵ CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da Ditadura Militar à democracia. Curitiba: Revista Sociologia Política, 25, 2005, p.83.

especialmente evidente no Brasil, onde os problemas da marginalidade urbana e dos camponeses foram mantidos em ‘banho-maria’”⁷⁶.

No entanto, a denúncia do caráter de classe da nossa transição, em geral, e do processo constituinte, em específico, parece ser ainda indispensável. Especialmente devido às mistificações em torno destes fenômenos, que muitas vezes encontram eco até mesmo em análises de semblante crítico. Ainda mais: além do caráter de classe de nossa transição, parece ser imprescindível a acusação de seu componente contrarrevolucionário, no sentido empregado por Florestan Fernandes, ou seja, de uma estratégia de impedimento da transformação de uma *democracia restrita* em uma *democracia de participação ampliada*. Nos momentos de nossa história em que observamos essa “ameaça”, a alternativa contrarrevolucionária foi acionada: foi assim no Golpe de 1964, foi assim na redemocratização, que, por isso, pode ser lida também como reciclagem. Isto é, como rearranjo no qual há uma mudança de regime político sem transformação na forma estatal.

No cumprimento desta tarefa de denúncia, o trabalho dos militantes da ACR foi fundamental em sua área de atuação. É verdade que não consegui, no âmbito desta pesquisa, explorar tudo que foi produzido pelo movimento com relação à temática em questão, visto que ainda restam formulários e relatórios de outras atividades por serem investigados. Contudo, a partir da devassa dos encontros, assembleias e publicações no *Grito no Nordeste* acima referidos, que criticaram o mando dos “grandes que estão aí: latifundiários, industriais e banqueiros” no processo constituinte, ficam mais evidentes as minúcias da dominação de classe no meio rural e a compreensão de que a natureza congressual da Assembleia Nacional Constituinte, bem como todas as manobras operadas nela com o intuito de tornar a reforma agrária uma realidade quase inalcançável aparecem como emblemas da capacidade da burguesia da periferia do sistema capitalista de transformar a palavra democracia num edifício suntuoso por fora, mas apodrecido e frágil por dentro⁷⁷. Da mesma forma, nos fazem refletir sobre a maneira como olhamos para fenômenos religiosos e, consequentemente, sobre nossas estratégias atuais de transformação da realidade, que não podem preterir o diálogo com fenômenos deste tipo.

Em meio a isto, ganham contornos quase proféticos as reflexões feitas por Florestan Fernandes lá da década de 1970:

⁷⁶ MAINWARING, Scott; SHARE, Donald. Transição pela Transação: democratização no Brasil e na Espanha. Rio de Janeiro: **Revista de Ciências Sociais**, vol.29, nº2, 1986, p.211.

⁷⁷ *Grito no Nordeste*, N°88, janeiro/fevereiro de 1986, p.4. Documento disponível na Caixa Grito no Nordeste, do Fundo Ação Católica Rural, do Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais (NUDOC/UFPE).

“por maior que seja o desgaste das fórmulas burguesas e do Estado autocrático-burguês, uma realidade emerge inexoravelmente: não se pode passar através dessa forma de dominação de classes, convertida em meio sagrado de defesa e fortalecimento do capitalismo. Ou se passa por cima dela, ou não se passa (...). A fase da reciclagem do regime desenha-se, claramente, como um prolongamento da ‘revolução institucional’ por outros meios. Ou isso ou nada! Daí toda a fraseologia sobre a *democracia forte*, *Estado de direito com meios de autodefesa* etc., que não significa outra coisa senão que as forças contra-revolucionárias pretendem conduzir a reciclagem com seus desígnios e interesses”⁷⁸.

Talvez seja possível chegar à conclusão de que, se para compreender um fenômeno como o referido na introdução deste trabalho, das tentativas de golpe evidenciadas pelo depoimento de Mauro Cid à Polícia Federal, não basta que nos atentemos às permanências que resistem do nosso passado sangrento, sem as encararmos de forma responsável, tampouco conseguiremos entender de onde veio este ovo da serpente.

A condução do processo constituinte e a maneira como a reforma agrária foi barrada na ANC através de manobras das mais espúrias nos alertam: todo fenômeno político deve ser analisado à luz de sua dialética. A Constituição promulgada em 1988 representou, em vários aspectos, uma conquista para o povo brasileiro, mas isso não apaga o fato dela também ser carregada de lógicas e práticas características de um passado que teria sido supostamente deixado para trás. Nesse sentido, a perspectiva da Ação Católica Rural, presente em seus vestígios documentais, se mostrou cirúrgica, pois representativa da categoria social que luta pela terra não por qualquer razão abstrata, mas por sentir na pele as consequências da concentração fundiária, que matou e mata diariamente no Brasil.

⁷⁸ FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980, p.125-126.

6. Referências bibliográficas

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 a 1985. Crítica Histórica, Alagoas, v.9, n.18, 2018.
- BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BRITO, Pedro; FACHIN, Patrícia. A extrema-direita católica e a aliança com o governo Bolsonaro. Entrevista especial com Romero Venâncio. Instituto Humanitas Unisinos, 29 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/614341-a-extrema-direita-catolica-e-anterior-ao-bolsonarismo-ela-participa-colabora-e-ajuda-o-governo-bolsonaro-entrevista-especial-com-romero-venancio>. Acessado às 11:00 de 05/01/2024.
- BUTTÒ, Michele. Mecanismos Deliberativos na Assembleia Nacional Constituinte: A polarização simbólica da reforma agrária. Dissertação de Mestrado em Ciência Política - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2009.
- CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da Ditadura Militar à democracia. Curitiba: Revista Sociologia Política, 25, 2005, p.83-106.
- CUNHA, Magali. Religião nas eleições 2022: o saldo final e o que esperar do futuro. Carta Capital, 03 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/religiao-nas-eleicoes-2022-o-saldo-final-e-o-que-esperar-do-futuro/>. Acesso em 18 de novembro de 2023, às 18:30.
- DA SILVA, Pedro Henrique Pacheco. Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.
- DA SILVA, Severino Vicente. Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife. Recife: Editora UFPE, 2014.
- DE ANDRADE, Sandra Maria Correia. A questão agrária no Nordeste. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.11, n.2, 1997.
- DELGADO, Lucila de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. O Brasil Republicano: O tempo da ditadura (regime militar e movimentos sociais em fins do século XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DOS SANTOS, Theotonio. América Latina: Democratização e Ajuste Estrutural. Revista Anos 90, Porto Alegre, n.5, julho de 1996, p. 29-44.
- DUSSEL, Enrique. Teologia da Libertação: um panorama de seu desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1999.

- ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. O Socialismo Jurídico. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FERNANDES, Florestan. Brasil: em compasso de espera. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- GASPAROTTO, Alessandra; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; SARAIVA, Regina Coelly Fernandes; TELÓ, Fabricio. Land and Transitional Justice in Brazil. International Journal of Transitional Justice, 2021, 15, p. 190-209.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- IOKOI, Zilda Grícoli. Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo (Brasil e Peru, 1964-1986). São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- LESSA, Sérgio. Alienação e Estranhamento. Revista GESTO-Debate, Campo Grande, v. 16, nº1, dezembro de 2018
- LÖWY, Michael. A Guerra dos deuses: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LUXEMBURGO, Rosa. O Socialismo e as Igrejas. Revista Espaço Acadêmico, ano II, N° 17, 2002.
- MAIA, Gretha Leite; OLIVEIRA, Letícia Fernandes de. Três décadas depois: a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e o debate (inconcluso) da reforma agrária no Brasil. Revista Brasileira de Direito, Passo Fundo, vol. 13, n.2, 2017, p.41-61
- MAINWARING, Scott. Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- MAINWARING, Scott; SHARE, Donald. Transição pela Transação: democratização no Brasil e na Espanha. Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais, vol.29, nº2, 1986, p. 207-237.
- MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2010.
- Mauro Cid disse à PF que Bolsonaro consultou militares sobre plano de nova eleição e prisão de adversários. Brasil de Fato, 21 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/21/mauro-cid-disse-a-pf-que-bolsonaro-consultou-militares-sobre-plano-de-nova-eleicao-e-prisao-de-adversarios>. Acesso em: 05 de outubro de 2023, às 07:30.
- MOREIRA ALVES, Maria Helena. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1989.
- NASCIMENTO, Houldine. Número de candidaturas religiosas sobe 29% em 2022. Poder 360, 18 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/partidos-politicos/numero-de-candidaturas-religiosas-sobe-29-em-2022/>. Acesso em 18 de novembro de 2023.

NETTO, José Paulo. Karl Marx. Uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.

OP, Neves. A trajetória dos primeiros embates do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte - MPPC (1985-1988): afetos e temores na “transição política”. Revista Diálogos, Maringá, v.23, n.3, 2019, p. 177-195.

RIBAS, Luiz Otávio. UDR e TFP: a força bruta que enterrou a reforma agrária na constituinte de 1987. Revista Em Debate, Florianópolis, n.5, 2011, p.1-15.

SAES, Décio. República do capital. Capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SILVA, Romero Junior Venâncio. A crítica da religião em Marx: 1840-1846. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SOLANO GALLEGOS, Esther (org.). O Ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

STACONE, Giuseppe. Filosofia da Religião: o pensamento do homem ocidental e o problema de Deus. Petrópolis: Vozes, 1989.

Uma aclimatação do marxismo no Brasil: os trajetos de uma geração e de um projeto de transformação do país. Revista Piauí, N.207, ano 18, 11 de dezembro de 2023, p.46-52.

VIEIRA, Luiz Vicente (coordenador). Processos Constituintes na América Latina: A Decisão por uma Nova Forma de Existência Política. Recife: Editora Universitária - UFPE, 2013.